

**BALANÇO GERAL**  
**1976**





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

# **BALANÇO GERAL 1976**

**SINVAL GUAZZELLI**  
Governador do Estado

**JORGE BABOT MIRANDA**  
Secretário de Estado da Fazenda

**WALDIR COMERLATO**  
Contador e Auditor-Geral do Estado

**EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL  
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

Apresentação .....	1-011
Despesas Autorizadas e Recursos Financeiros .....	1-012/ 021
Despesas Autorizadas .....	1-012
Créditos Ordinários .....	1-012
Créditos Especiais .....	1-015
Créditos Extraordinários .....	1-015
Recursos Financeiros .....	1-016
Fundo Geral .....	1-016
Fundos Especiais .....	1-017
Operações de Crédito .....	1-018
Resultado Presumível do Exercício .....	1-020
Balanço Financeiro .....	1-022/ 058
Execução do Orçamento .....	1-022
Análise da Receita .....	1-025
Receitas Correntes .....	1-026
Receita Tributária .....	1-026
Receita Patrimonial .....	1-030
Receita Industrial .....	1-031
Transferências Correntes .....	1-032
Receitas Diversas .....	1-034
Receitas de Capital .....	1-036
Análise da Despesa .....	1-040
Confronto da Despesa Fixada com a Realizada .....	1-045
Evolução da Despesa .....	1-047
Demonstração da Execução Orçamentária segundo as Categorias Econômicas .....	1-050
Análise do Resultado Financeiro do exercício .....	1-053
Operações Extra-Orçamentárias .....	1-056
Reflexos da gestão financeira sobre o Patrimônio Financeiro .....	1-057
Balanço Patrimonial .....	1-059/ 090
Ativo do Estado .....	1-061
Ativo Financeiro .....	1-061
Ativo Permanente .....	1-063
Dívidas do Estado .....	1-071
Dívida Fundada Externa .....	1-074
Dívida Fundada Interna .....	1-076
Dívida Flutuante .....	1-083
Restos a Pagar .....	1-084
Serviço da Dívida a Pagar .....	1-084
Depósitos .....	1-085
Débitos de Tesouraria .....	1-085
Diversos .....	1-086
Demonstração das Variações Patrimoniais .....	1-091/ 094
Apuração do Descoberto Financeiro em 31.12.76 .....	1-095/ 103
Considerações Finais .....	1-104

**BALANÇO GERAL  
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	2-003
BALANÇO FINANCEIRO .....	2-004/2-005
Modelo Padrão .....	2-004
Análise do Modelo Padrão .....	2-005
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	2-006/2-014
Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas ..	2-006
Receita .....	2-007/2-013
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada .....	2-007
Demonstrativo de Receita por Estação Arrecadadora .....	2-010
Despesa .....	2-014
Creditos Especiais segundo os respectivos Recursos Financeiros .....	2-014
DEMONSTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS .....	2-015/2-026
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	2-027/2-030
Modelo Padrão .....	2-027
Análise do Modelo Padrão .....	2-028
BALANÇO PATRIMONIAL .....	2-031/2-096
ANÁLISE DO ATIVO .....	2-032/2-057
Financeiro .....	2-032/2-049
Disponível .....	2-032/2-040
Caixa .....	2-032
Bancos, c/Disponíveis .....	2-033
Exatorias .....	2-035
Coordenadorias .....	2-040
Vinculado em Conta Corrente Bancária .....	2-041
Bancos, c/Vinculadas .....	2-041
Realizável .....	2-042/2-049
Devedores .....	2-042
Responsáveis .....	2-046
Prefeituras, c/Devedoras .....	2-047
Suprimentos Autorizados .....	2-048
Valores do Estado .....	2-049
Permanente .....	2-050/2-057
Devedores por Empréstimos .....	2-050
Prefeituras, c/Empréstimo Externo de 1927 .....	2-051
Prefeituras, c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa ..	2-052
Participação em Sociedades de Economia Mista do Estado .....	2-053
Participações Diversas .....	2-054
Almoxarifados .....	2-055
Fundos para Financiamentos .....	2-056
Fundos Diversos .....	2-057
ANÁLISE DO PASSIVO .....	2-058/2-091
Financeiro .....	2-058/2-089
Dívida Flutuante .....	2-058
Depósitos de Autarquias .....	2-065
Depósitos de Consignatários .....	2-066
Cauções .....	2-068
Retenções .....	2-079
Empréstimos por Antecipação da Receita .....	2-084
Contribuições para Autarquias .....	2-085
Contribuições para Fundações .....	2-086
Empresas, c/Capital a Integralizar .....	2-087
Fundos Especiais .....	2-088
Prefeituras, c/Credoras .....	2-089
Permanente .....	2-090/2-091
Dívida Fundada Interna .....	2-090
Dívida Fundada Externa .....	2-091
ANÁLISE DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO .....	2-092/2-096
Valores em Poder de Terceiros .....	2-092
Valores Nominiais Emitidos .....	2-093
Avalia Concedidas .....	2-094
Caixa de Títulos e Valores do Estado .....	2-095
Valores de Terceiros .....	2-096





**EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL  
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

Porto Alegre, 28 de março de 1977.

Exposição sobre o Balanço Geral da Administração Direta do Estado referente ao exercício de 1976, apresentada ao Excelentíssimo Senhor Professor Jorge Babot Miranda, Digníssimo Secretário de Estado da Fazenda.

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda:

Temos a satisfação de transmitir a Vossa Excelência o Balanço Geral da Administração Direta do Estado referente ao exercício econômico-financeiro de 1976, de acordo com o que estatui a Lei nº 521, de 28 de dezembro de 1948, e o Decreto nº 22.324, de 30 de dezembro de 1972.

O Balanço Geral compreende um conjunto harmônico de peças técnicas, estruturadas em consonância com a legislação vigente e com os melhores procedimentos contábeis.

Dito documento e a presente exposição constituem a prestação de contas que incumbe ao Chefe do Poder Executivo apresentar à Egrêgia Assembléia Legislativa, de acordo com o disposto no inciso XVII do artigo 66 da Constituição do Estado, de 27 de janeiro de 1970.

Esta exposição tem, ainda, o propósito de dar uma primeira interpretação dos principais fenômenos da gestão desenvolvida no ano fiscal de 1976, no intuito de facilitar o entendimento do Balanço Geral relativo ao exercício financeiro correspondente ao mencionado período.

Ademais, pretende-se também oferecer subsídios aos órgãos superiores de fiscalização e julgamento da prestação de contas governamental e à Alta Administração, com a finalidade de cooperar com os mesmos no desempenho de suas complexas e elevadas atribuições.



## 1 - DESPESAS AUTORIZADAS E RECURSOS FINANCEIROS

A Lei de Meios para o exercício econômico-financeiro de 1976, promulgada sob o nº 6.933, em 4 de dezembro de 1975, estabeleceu o plano financeiro básico para o referido ano fiscal, no valor de Cr\$ 10.463.106.000,00 tanto para a receita como para a despesa.

O mencionado plano foi objeto de numerosas alterações quantitativo-qualitativas, a fim de atender às necessidades da Administração.

Com relação à despesa, as modificações foram efetuadas através do cancelamento de dotações e por via de abertura de créditos suplementares e especiais e de um crédito extraordinário.

Na receita ocorreu a utilização de novos recursos decorrentes do excesso de arrecadação, do recebimento de contribuições e da realização de operações de crédito.

Como consequência das mencionadas alterações, a despesa fixada foi elevada para Cr\$ 11.705.781.725,41 e os recursos previstos para Cr\$ 11.705.281.725,41. O equilíbrio formal existente no orçamento inicial foi rompido em face da abertura de um crédito extraordinário, na importância de Cr\$ 500.000,00.

A seguir, proceder-se-á à análise da despesa fixada e dos recursos que lhe deram cobertura.

### 1.1.0 - DESPESAS AUTORIZADAS

A apreciação dos créditos votados é feita segundo a natureza dos mesmos.

#### 1.1.1 - CRÉDITOS ORDINÁRIOS

Os créditos incluídos no orçamento inicial atingiram o valor de Cr\$ 10.463.106.000,00.

Tendo em vista as peculiaridades verificadas durante a execução do orçamento, bem como o reforço e distribuição do Fundo de Reserva Orçamentária, o plano financeiro inicial foi significativamente alterado.

Ditas alterações traduzem-se em suplementações, no valor de Cr\$ ..... 3.938.319.420,88, e reduções, na quantia de Cr\$ 2.701.662.460,26.

Como o Fundo de Reserva Orçamentária foi reforçado em Cr\$ 526.134.451,43, para posterior redistribuição, essa quantia figura duplamente tanto nas suplementações como nas reduções, de sorte que o líquido das mesmas é de Cr\$ 3.412.184.969,45 e Cr\$. 2.175.528.008,83, respectivamente.

O quadro que se apresenta a seguir demonstra os créditos iniciais, as suplementações, as reduções e os créditos retificados, classificados por categorias e subcategorias econômicas.

CRÉDITOS ORDINÁRIOS

CATEGORIAS ECONÔMICAS	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÕES	REDUÇÕES	DOTAÇÃO ALTERADA
<b>DESpesas CORRENTES</b>				
Despesas de Custeio .....	3.693.637.645,00	1.252.755.378,17	264.313.624,92	4.682.079.398,25
Transferências Correntes ...	4.042.692.355,00	1.217.422.789,22	1.570.144.878,69	3.689.970.265,53
Subtotal .....	7.736.330.000,00	2.470.178.167,39	1.834.458.503,61	8.372.049.663,78
<b>DESpesas DE CAPITAL</b>				
Investimentos .....	931.853.000,00	433.875.685,60	541.490.817,33	824.237.868,27
Inversões Financeiras .....	396.219.000,00	322.131.956,00	88.393.000,00	629.957.956,00
Transferências de Capital ..	1.398.704.000,00	712.133.611,89	237.320.139,32	1.873.517.472,57
Subtotal .....	2.726.776.000,00	1.468.141.253,49	867.203.956,65	3.327.713.296,84
<b>TOTAL .....</b>	<b>10.463.106.000,00</b>	<b>3.938.319.420,88</b>	<b>2.701.662.460,26</b>	<b>11.699.762.960,62</b>

O orçamento inicial e respectivas alterações assim se sintetizam:

Orçamento inicial .....	10.463.106.000,00
Suplementações ...	3.938.319.420,88
Reduções .....	<u>(2.701.662.460,26)</u>
Orçamento com as alterações decretadas .	<u>11.699.762.960,62</u>
	=====

O acréscimo líquido dos créditos ordinários, na quantia de Cr\$ .....  
1.236.656.960,62, corresponde a 11,82% do orçamento inicial.

### 1.1.2 - CRÉDITOS ESPECIAIS

A par dos créditos ordinários, vigoraram, no ano fiscal sob exame, sete autorizações especiais de despesa, na quantia de Cr\$ 5.518.764,79, que corresponde a 0,05% do total da despesa autorizada.

Em 1975, tiveram vigência vinte e três créditos especiais, no valor de Cr\$ 251.058.204,80.

Como se vê, no ano de 1976, verificou-se notável queda na utilização de créditos especiais, o que revela acentuada melhoria na programação e elaboração orçamentária.

As autorizações especiais tiveram o seguinte destino:

Auxílios diversos .....	2.150.000,00
Contribuição à Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul .....	1.668.764,79
Desapropriação de imóvel .....	1.200.000,00
Obras de recuperação da sede do Estado em Brasília .....	<u>500.000,00</u>
	<u>5.518.764,79</u>
	=====

### 1.1.3 - CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

Em 1976, foi aberto um crédito extraordinário, no valor de Cr\$ 500.000,00

destinado a auxiliar na recuperação das moradias e outros bens danificados pelo venda val que atingiu o Município de Alvorada, em dezembro do mesmo ano.

### 1.2.0 - RECURSOS FINANCEIROS

O suporte financeiro da despesa autorizada, compreendendo recursos de diversas espécies, somou Cr\$ 11.705.281.725,41. Para análise, esses recursos são desdobrados em três categorias, apreciadas a seguir.

#### 1.2.1 - FUNDO GERAL

O Fundo Geral compreende as receitas que dão cobertura à despesa orçamentária de forma genérica, isto é, sem qualquer vinculação, bem como as que, embora afetadas, não se subordinam a normas peculiares de aplicação, excluindo-se o produto de operações de crédito.

A seguir, é feita a apuração dos recursos que constituem o Fundo Geral, desdobrados segundo a espécie de créditos a que deram cobertura.

a) Para cobertura de créditos ordinários

Receita prevista no orçamento inicial .....		10.463.106.000,00
Mais		
Previsão de maior arrecadação		
Imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos .....	30.000.000,00	
Imposto de renda retido na fonte .....	40.000.000,00	
Imposto sobre circulação de mercadorias ..	15.755.988,46	
Dividendos e bonificações de capital .....	88.810.589,13	
Dividendos distribuídos pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - 80% .....	2.053.746,28	
Resultado operacional do Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual .....	52.078.209,72	
Receitas vinculadas ao Fundo Estadual de Saúde		
Industrial .....	7.837.700,00	
Diversas .....	14.011.980,00	250.548.213,59
		<u>10.713.654.213,59</u>

Menos

Parcela de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias orçado, referente à participação dos municípios .....	1.330.000.000,00	
Taxa Rodoviária Única		
Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	114.478.000,00	
Parcela destinada aos municípios .....	61.568.000,00	
Parcela destinada ao Programa Especial de Vias Expressas .....	72.417.000,00	
Parcela destinada ao custeio do sistema TRU .....	6.123.000,00	
Transferências da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul referente ao resultado líquido da Loteria do Estado, orçadas.	7.647.515,00	
Operações de crédito orçadas .....	1.852.219.000,00	
Valor dos recursos do Fundo Geral que deram cobertura a dotações orçamentárias canceladas, para servir de suporte financeiro a créditos especiais abertos .....	<u>5.518.764,79</u>	<u>3.449.971.279,79</u>
		7.263.682.933,80

b) Para cobertura de créditos especiais

Recursos do Fundo Geral vinculados a dotações orçamentárias canceladas para dar cobertura a créditos especiais .....	<u>5.518.764,79</u>	
		7.269.201.698,59
		*****

1.2.2 - FUNDOS ESPECIAIS

Incluem-se sob esta categoria de recursos as receitas vinculadas à realização de determinados objetivos ou serviços e que se subordinam a normas peculiares de aplicação, excluído o produto de operações de crédito.

Os recursos sob exame destinaram-se exclusivamente à cobertura de créditos ordinários.

Segue-se a especificação dos componentes dos Fundos Especiais, grupados segundo a competência dos exercícios:

1 - Recursos da competência do exercício de 1976

Parcela de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias orçado, referente à participação dos municípios .....	1.330.000.000,00
---	------------------

### Taxa Rodoviária Única

Parcela destinada ao Departamento Autôno mo de Estradas de Rodagem .....	114.478.000,00	
Parcela destinada aos municípios .....	61.568.000,00	
Parcela destinada ao Programa Especial de Vias Expressas .....	72.417.000,00	
Parcela destinada ao custeio do sistema TRU .....	6.123.000,00	
Contribuições da União Federal, referentes aos seguintes recursos		
Fundo Especial - item III do art. 25 da Constituição Federal - Convênio União/ /Estado, firmado em 25.10.76 .....	1.200.000,00	
Fundo de Desenvolvimento de Programas In tegrados .....	38.410.000,00	
Programa de Apoio Comunitário .....	25.000.000,00	
Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimen to Urbano .....	5.726.000,00	
Transferências da Caixa Econômica Estadu al do Rio Grande do Sul, referentes ao re sultado líquido da Loteria do Estado		
Estimativa orçamentária .....	7.647.515,00	
Excesso de arrecadação previsto .....	<u>2.463.000,00</u>	1.665.032.515,00

### II - Recursos da competência de exercícios anteriores

Recursos provenientes do cancelamento or denado pelo Decreto Legislativo nº 3.485, de 30 de junho de 1976, referente a auxí lios concedidos pelo Decreto Legislativo nº 3.336, de 7 de novembro de 1975 .....		438.290,00
---	--	------------

Os recursos dos Fundos Especiais assim se resumem:

Da competência do exercício .....	1.665.032.515,00
Da competência de exercícios anteriores	<u>438.290,00</u>
	1.665.470.805,00

### 1.2.3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O produto de operações de crédito constitui a última categoria das três em que são desdobrados os recursos financeiros.

No ano de 1976, a totalidade dos recursos provenientes de empréstimos deu cobertura à despesa autorizada através de créditos ordinários, tal como ocorreu com os elementos compreendidos nos Fundos Especiais.

Desdobram-se a seguir as operações de crédito que deram cobertura à despesa, com a indicação das que apresentaram ou não possibilidade de realização:

I - Operações de crédito realizáveis

Empréstimo de 100 milhões de cruzeiros, contratado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, em 22.1.76 - Lei nº 6.917, de 21.11.75 .....	100.000.000,00
Empréstimo de 116,6 milhões de cruzeiros, contratado com a Caixa Econômica Federal, em 24.2.76 - Lei nº 6.949, de 23.12.75 - Parcela a receber neste exercício .....	84.543.242,00
Empréstimos de 773.536 UPC, contratados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., referentes a recursos repassados pelo Banco Nacional da Habitação - Lei nº 6.284, de 25.10.71 - Parcela a receber neste exercício .....	120.588.203,91
Empréstimos de 1.887.604 UPC, contratados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., referentes a recursos repassados pelo Banco Nacional da Habitação - Lei nº 6.633, de 30.11.73, alterada pela de nº 6.959, de 30.12.75 - Parcela a receber neste exercício .....	172.929.130,48
Empréstimo de 665.360 UPC, contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., referente a recursos repassados pelo Banco Nacional da Habitação - Lei nº 6.989, de 2.7.76 - Parcela a receber neste exercício .....	112.000.048,80
Empréstimo de 485.123 UPC, contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., referente a recursos repassados pelo Banco Nacional da Habitação - Lei nº 7.008, de 30.9.76 - Parcela a receber neste exercício .....	50.168.736,54
Empréstimo Externo de US\$ 20.000.000,00, contratado em 18.3.76 - Lei nº 6.912, de 12.11.75 .....	197.700.000,00
Empréstimo Externo de US\$ 20.000.000,00, contratado com o Banco do Brasil S.A., em 4.11.76 - Lei 6.912, de 12.11.75 ....	235.200.000,00
Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS - Lei nº 6.465, de 15.12.72, e Decreto nº.... 24936, de 28.9.76 - 9a. série .....	472.842.342,74
Empréstimo de DM 10.000.000,00, contratado como Kreditanstalt für Wiederaufbau - Lei nº 6.284, de 25.10.71 - Parcela a receber neste exercício .....	8.000.000,00
	<u>1.553.971.704,47</u>

II - Operações de crédito sem possibilidade de realização

Previsão orçamentária de receita de operações de crédito correspondente a empréstimos não ultimados .....	1.138.525.866,79
Empréstimo de 116,6 milhões de cruzeiros, contratado com a Cai	



xa Econômica Federal, em 24.2.76 - Lei nº 6.949, de 23.12. .75 - Parcela a receber no próximo exercício .....	32.091.968,00
Empréstimos de 773.536 UPC, contratados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., referentes a recursos repassados pelo Banco Nacional da Habitação - Lei nº 6.284, de 25.10.71 - Parcela a receber no próximo exercício .....	<u>46.019.682,56</u>
	<u>1.216.637.517,35</u>

Os recursos constituídos pela receita de empréstimos assim se sintetizam:

Operações de crédito realizáveis .....	1.553.971.704,47
Operações de crédito sem possibilidade de serem realizadas.	<u>1.216.637.517,35</u>
	<u>2.770.609.221,82</u>

### 1.3.0 - RESULTADO PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO

O resultado presumível do exercício é determinado pelo confronto do total dos recursos financeiros com o montante dos créditos votados.

Na apuração desse resultado não podem ser considerados os recursos de exercícios anteriores, por terem sido apropriados aos mesmos, nem as operações de crédito que não apresentem possibilidade de realização, ainda que legalmente tenham dado suporte financeiro à despesa.

De acordo com o critério exposto, o resultado presumível do exercício é apurado da seguinte forma:

#### DESPESA FIXADA

Créditos ordinários .....	11.699.762.960,62	
Créditos especiais .....	5.518.764,79	
Créditos extraordinários .....	<u>500.000,00</u>	11.705.781.725,41

#### RECURSOS FINANCEIROS

Fundo Geral		
Da competência do exercício .....	7.269.201.698,59	
Fundos Especiais		
Da competência do exercício .....	1.665.032.515,00	
Operações de crédito		
Empréstimos realizáveis .....	<u>1.553.971.704,47</u>	<u>10.488.205.918,06</u>

Esse resultado seria obtido se os recursos da competência do exercício, bem como as operações de crédito consideradas realizáveis, fossem integralmente efetivados, e a despesa viesse a ser realizada até o limite dos créditos votados.

De outra forma, pode-se dizer que o deficit presumível do exercício equivale à soma dos valores dos recursos de exercícios anteriores, das operações de crédito sem possibilidade de realização e do crédito extraordinário aberto, para o qual não houve indicação de cobertura financeira.

No próximo capítulo, será apreciada a execução da receita e da despesa, bem como o resultado financeiro.

## 2 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui o instrumento básico para a apreciação e julgamento da gestão financeira desenvolvida, expondo também as variações de que foi passível o patrimônio financeiro. Evidencia, sinteticamente, as operações de receita e despesa, tanto orçamentárias como as que se processam à margem da Lei de Meios, conjugadas com as disponibilidades financeiras existentes no início e no fim do ano fiscal.

Neste capítulo analisar-se-á minuciosamente a execução orçamentária, as operações extra-orçamentárias, bem como o resultado financeiro apurado.

### 2.1.0 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

A execução do orçamento de 1976 assim se sintetiza:

DESPESA REALIZADA		
Despesas Correntes	8.227.886.338,46	
Despesas de Capital	<u>2.870.941.730,21</u>	11.098.828.068,67
RECEITA REALIZADA		
Receitas Correntes	7.817.368.039,99	
Receitas de Capital	<u>1.977.653.013,68</u>	<u>9.795.021.053,67</u>
RESULTADO FINANCEIRO		
Deficit financeiro do exercício .....		1.303.807.015,00

Esse deficit é o mais elevado dos últimos cinco anos, tanto em números absolutos como em relativos, conforme se demonstra:

Ano	Deficit financeiro	Percentagem do deficit financeiro sobre a despesa realizada
1972	81.884.552,28	3,2%
1973	175.128.098,73	4,8%
1974	195.645.296,17	3,8%
1975	425.159.881,10	5,3%
1976	1.303.807.015,00	11,7%

O resultado da execução orçamentária excedeu em Cr\$ 86.231.207,65 o déficit presumível do exercício, cujo montante de Cr\$ 1.217.575.807,35 foi determinado no capítulo anterior.

O agravamento do déficit presumível do exercício deve-se ao fato de a menor arrecadação das receitas consideradas realizáveis ter superado a economia decorrente da não utilização da totalidade das autorizações de despesa, conforme demonstração que segue:

Recursos financeiros realizáveis .....	10.488.205.918,06
Menos : Receita realizada .....	<u>9.795.021.053,67</u>
Menor receita .....	693.184.864,39
	<del>-----</del>
Despesa fixada .....	11.705.781.725,41
Menos : Despesa realizada .....	<u>11.098.828.068,67</u>
Menor despesa .....	606.953.656,74
	<del>-----</del>

A conjugação dessas variações com o resultado presumível evidencia o déficit apurado:

Deficit presumível do exercício .....	1.217.575.807,35
Mais : Menor receita 693.184.864,39	
Menos : Menor despesa <u>606.953.656,74</u>	<u>86.231.207,65</u>
Deficit financeiro do exercício .....	1.303.807.015,00
	<del>-----</del>

Através do gráfico que segue, a execução orçamentária poderá ser melhor visualizada.

# EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA REALIZADA	-	9.795
RECEITAS CORRENTES	-	7.817
RECEITA TRIBUTÁRIA	-	6.989
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	828
RECEITAS DE CAPITAL	-	1.978

DESPEZA REALIZADA	-	11.099
DESPEAS CORRENTES	-	8.228
DESPEAS DE CUSTEIO	-	4.604
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	3.624
DESPEAS DE CAPITAL	-	2.871
DEFICIT.....	-	1.304

BILHÕES  
DE  
Cr\$

12000

11000

10000

9000

8000

7000

6000

5000

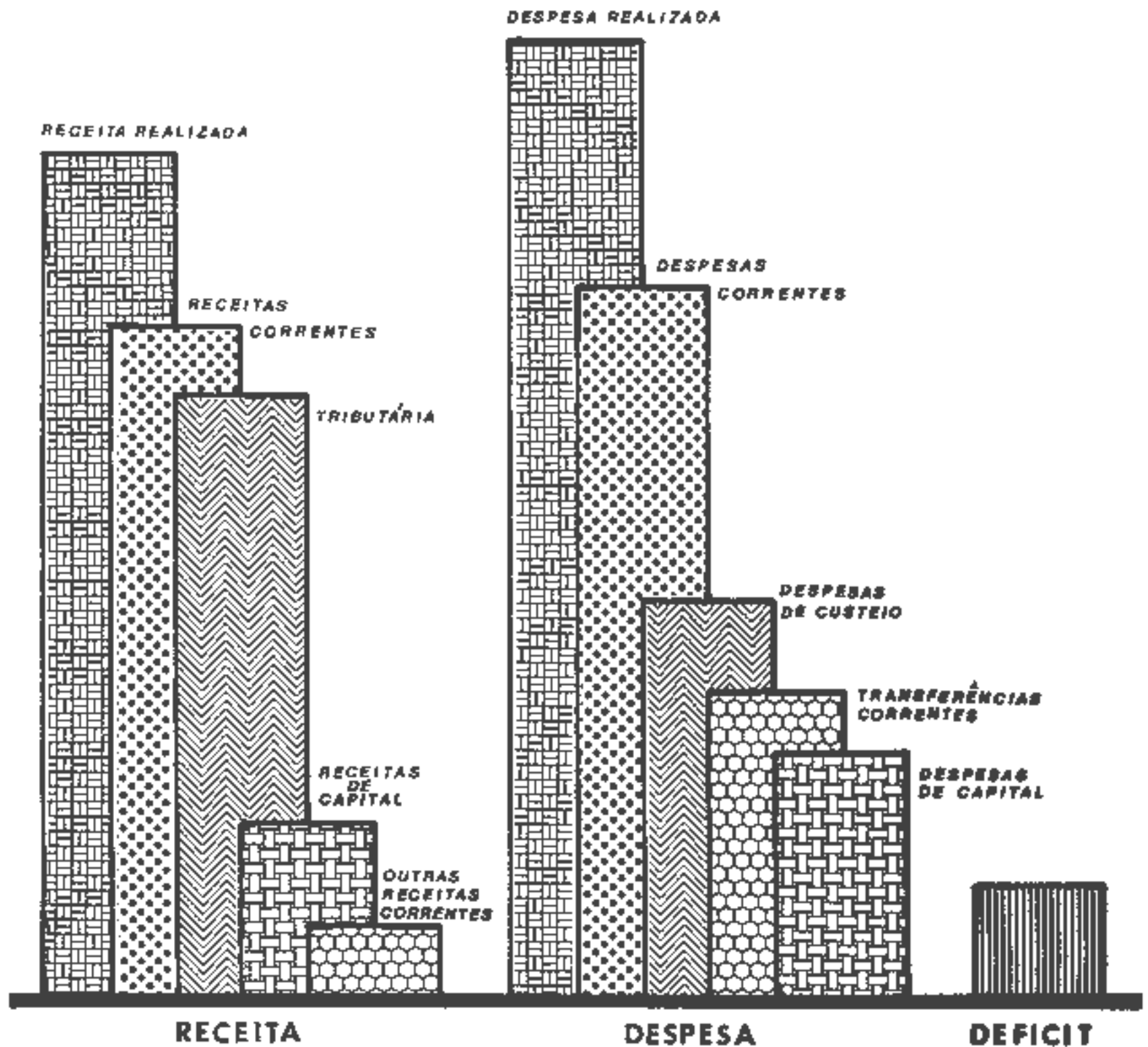
4000

3000

2000

1000

0



## 2.1.1 - ANÁLISE DA RECEITA

A receita orçamentária arrecadada em 1976 totalizou Cr\$ 9.795.021.053,67, aquém da respectiva previsão na quantia de Cr\$ 668.084.946,33. Em relação ao ano anterior, verifica-se um incremento de 30,06%.

Os anexos que acompanham o Balanço Financeiro detalham a receita por categorias econômicas, fontes, rubricas e estações arrecadadoras.

Sinteticamente, a execução da receita orçamentária assim se apresenta:

### Receitas Correntes

Tributária	Orçada	Arrecadada	%
Impostos .....	6.990.000.000,00	6.886.824.833,89	70,31
Taxas .....	117.210.000,00	102.639.575,88	1,05
Contribuição de Melhoria ....	<u>1.000,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	7.107.211.000,00	6.989.464.409,77	71,36
 Patrimonial .....	 181.550.500,00	 269.280.878,04	 2,75
Industrial .....	27.026.960,00	25.892.823,55	0,26
Transferências Correntes .....	371.626.515,00	285.726.454,10	2,92
Receitas Diversas .....	<u>361.196.025,00</u>	<u>247.003.474,53</u>	<u>2,52</u>
	8.048.611.000,00	7.817.368.039,99	79,81

### Receitas de Capital

Operações de crédito .....	1.852.219.000,00	1.476.657.615,14	15,08
Alienação de Bens Móveis e Imóveis .....	51.980.000,00	47.958.491,29	0,49
Amortização de Empréstimos Concedidos .....	1.000.000,00	-	-
Transferências de Capital ....	<u>509.296.000,00</u>	<u>453.036.907,25</u>	<u>4,62</u>
	10.463.106.000,00	9.795.021.053,67	100,00
	=====	=====	=====

Em prosseguimento, far-se-á minuciosa apreciação da receita realizada,

## 2.1.1.1 - RECEITAS CORRENTES

Nesta categoria econômica incluem-se receitas no valor de Cr\$ ..... 7.817.368.039,99, que serão objeto de detalhado exame.

### RECEITA TRIBUTÁRIA

Como nos anos anteriores, os ingressos de origem tributária constituem-se na maior fonte de recursos do Estado. Em 1976, representaram 71,36% da receita total.

Os dados alinhados a seguir demonstram a participação dos recursos derivados de tributos na formação da receita global, no último quinquênio:

Ano	Receita geral	Receita tributária	Percentagem da receita tributária sobre a receita geral
1972	2.496.714.366,96	2.008.556.669,78	80,45%
1973	3.497.452.719,88	2.739.947.739,28	78,34%
1974	4.920.050.064,97	3.658.212.589,65	74,35%
1975	7.531.219.355,62	5.281.952.611,64	70,13%
1976	9.795.021.053,67	6.989.464.409,77	71,36%

Através do quadro exposto, constata-se que a percentagem da receita tributária em relação ao total geral vinha apresentando tendência decrescente, que foi interrompida no último ano da série.

A composição da receita por espécie de tributo, nos últimos cinco anos, assim se expressa:

Ano	Receita tributária	Receita de impostos nºs absolutos	%	Receita de taxas nºs absolutos	%
1972	2.008.556.669,78	1.900.281.028,60	94,6	108.275.641,18	5,4
1973	2.739.947.739,28	2.688.252.617,59	98,1	51.695.121,69	1,9
1974	3.658.212.589,65	3.599.311.020,88	98,4	58.901.568,77	1,6
1975	5.281.952.611,64	5.199.648.324,08	98,4	82.304.287,56	1,6
1976	6.989.464.409,77	6.886.824.833,89	98,5	102.639.575,88	1,5

Impostos - Os impostos de competência do Estado e o imposto de renda re

tido na fonte produziram ingressos no valor de Cr\$ 6.886.824.833,89. Em confronto com a quantia arrecadada no ano anterior, sob o mesmo título, constata-se o aumento de Cr\$ 1.687.176.509,81, correspondente ao acréscimo de 32,45%. A previsão orçamentária global, todavia, não foi atingida, conforme se demonstra:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Imposto sobre a transmissão de bens imóveis .....	150.000.000,00	187.527.817,91	+ 37.527.817,91
Imposto de renda na fonte .	90.000.000,00	118.014.103,14	+ 28.014.103,14
Imposto sobre circulação de mercadorias .....	6.750.000.000,00	6.581.282.912,84	- 168.717.087,16
	<u>6.990.000.000,00</u>	<u>6.886.824.833,89</u>	<u>- 103.175.166,11</u>

Desses três tributos, destaca-se, por larga margem, o imposto sobre circulação de mercadorias, responsável por 95,56% da receita de impostos, 94,16% da receita tributária e 67,19% da receita geral. Eis a sua evolução nos últimos cinco anos:

Ano	Arrecadação	Índice	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1972	1.862.817.928,69	100	-
1973	2.618.993.521,38	141	41%
1974	3.494.077.947,43	188	33%
1975	5.011.180.123,05	269	43%
1976	6.581.282.912,84	353	31%

Dos impostos cobrados pelo Estado, foi o único que não atingiu a respectiva previsão. Entretanto, deve-se considerar o fato de que algumas mercadorias foram objeto de incentivos concedidos em virtude de acordos firmados entre os Estados e referendados pelo Governo da União. Tais incentivos consistem na redução da base de cálculo do tributo nas operações realizadas com soja e carnes bovina, ovina e suína. Em decorrência dos citados acordos, parte da receita que o Estado deixa de arrecadar é compensada pela União Federal.

É de se observar, ainda, que, em consequência da mecânica adotada e por força dos instrumentos firmados, os quantitativos reembolsados pela União são classi



ficados como transferências correntes e não como receita do tributo em apreço.

Apresentam-se, a seguir, as quantias transferidas pela União, a título de compensação do imposto sobre circulação de mercadorias, bem como a receita do próprio imposto, a partir de 1973, ano em que foi adotado esse procedimento.

Ano	Arrecadação do ICM	Compensação do ICM	Soma	Índice de aumento em relação ao ano anterior
1973	2.618.993.521,38	11.979.946,53	2.630.973.467,91	100
1974	3.494.077.947,43	100.207.476,35	3.594.285.423,78	137
1975	5.011.180.123,05	97.111.026,71	5.108.291.149,76	194
1976	6.581.282.912,84	216.500.367,40	6.797.783.280,24	258

Como se vê, a soma da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias com a compensação efetuada pela União ultrapassa em Cr\$ 47.783.280,24 a previsão orçamentária daquele tributo.

O outro imposto de competência do Estado é o que incide sobre a transmissão de bens imóveis, que produziu a soma de Cr\$ 187.527.817,91. A estimativa orçamentária foi superada em Cr\$ 37.527.817,91. Dos três impostos cobrados pelo Estado, é o de maior incremento no ano sob exame. O comportamento deste tributo, no último quinquênio, assim se demonstra:

Ano	Arrecadação	Índice	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1972	28.363.474,70	100	-
1973	49.900.055,30	176	76%
1974	74.151.433,45	261	49%
1975	114.554.348,52	404	54%
1976	187.527.817,91	661	64%

O imposto de renda retido pelo Estado sobre rendimentos pagos ao pessoal, na importância de Cr\$ 112.939.681,42, e sobre os relativos à dívida pública, na quantia de Cr\$ 5.074.421,72, proporcionou ingressos da ordem de Cr\$ 118.014.103,14, suplantando a respectiva previsão em Cr\$ 28.014.103,14. A evolução do produto deste tributo, nos últimos cinco anos, assim se apresenta:

Ano	Arrecadação	Índice	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1972	9.099.625,22	100	

1973	19.359.040,91	213	113%
1974	31.081.640,00	342	61%
1975	73.913.852,51	812	138%
1976	118.014.103,14	1.297	60%

Taxas - As três taxas arrecadadas pelo Estado proporcionaram receitas no valor de Cr\$ 102.639.575,88, conforme se especifica:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Taxa de serviços diversos	105.000.000,00	91.094.599,82	- 13.905.400,18
Taxa judiciária .....	12.000.000,00	11.226.315,93	- 773.684,07
Taxa de cooperação-ovinos	<u>210.000,00</u>	<u>318.660,13</u>	+ <u>108.660,13</u>
	<u>117.210.000,00</u>	<u>102.639.575,88</u>	- <u>14.570.424,12</u>

Como se vê, a estimativa não foi atingida e somente um desses tributos, o de menor expressão quantitativa, superou a previsão individual.

A evolução da receita produzida pelas taxas, nos últimos cinco anos, as sim se apresenta:

	Ano	Arrecadação	Índice de aumento em relação ao ano anterior
Taxa de serviços diversos	1972	36.392.443,53	100
	1973	45.732.631,32	125
	1974	52.987.398,45	145
	1975	73.597.565,85	202
	1976	91.094.599,82	250
Taxa judiciária .....	1972	2.687.635,91	100
	1973	3.729.696,55	138
	1974	5.795.198,00	215
	1975	8.536.292,77	317
	1976	11.226.315,93	417
Taxa de cooperação-ovinos	1972	69.778,94	100
	1973	102.166,76	146
	1974	118.972,32	170
	1975	170.428,94	244
	1976	318.660,13	456

Contribuição de melhoria - Este tributo foi criado pela Lei nº 5.907, de 24 de dezembro de 1969, todavia não vem sendo lançado nem cobrado em virtude de, até a presente data, não ter sido regulamentado o referido diploma legal. Embora instituído em lei editada em 1969, vem figurando na previsão orçamentária desde 1968, na maioria das vezes, de forma simbólica. A estimativa para 1976 cifrou-se em Cr\$ 1.000,00.

#### RECEITA PATRIMONIAL

Em 1976, a receita patrimonial atingiu o montante de Cr\$ 269.280.878,04 ocasionando o excesso de Cr\$ 87.730.378,04 sobre a estimativa e o aumento de 110,65 % em relação ao arrecadado no ano anterior.

O confronto da arrecadação com a estimativa assim se expõe:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas imobiliárias .....	1.498.000,00	4.421.393,10	+ 2.923.393,10
Participações e dividendos.	180.000.000,00	264.859.484,94	+ 84.859.484,94
Outras receitas patrimoniais	<u>52.500,00</u>	<u>-</u>	- <u>52.500,00</u>
	181.550.500,00	269.280.878,04	+ 87.730.378,04
	=====	=====	=====

Foram classificados como receitas imobiliárias os rendimentos de "aluguéis de imóveis" e "foros e laudêmios", com as parcelas de Cr\$ 120.556,18 e Cr\$ .... 4.300.836,92, respectivamente, sendo que ambas ultrapassaram as suas estimativas orçamentárias. Não se verificou nenhum ingresso em "exploração de terras e matos".

No título "participações e dividendos" agrupam-se os dividendos recebidos das empresas a seguir especificadas, de cujo capital o Estado participa, nos seguintes valores:

Companhia Estadual de Energia Elétrica .....	200.441.589,13
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	12.294.657,36
Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	171.072,00
Petróleo Brasileiro S.A. ....	7.169.470,19
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) .....	1.011.301,00
Banco Sul Brasileiro S.A. ....	199,21

Na mesma rubrica estão compreendidos os rendimentos obtidos da aplicação do Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual, administrado pela Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., no valor de Cr\$ 41.153.175,65, bem como os resultantes das operações realizadas pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., na quantia de Cr\$ 2.618.020,40.

Sob a especificação "outras receitas patrimoniais" nada foi arrecadado.

#### RECEITA INDUSTRIAL

A receita industrial realizada em 1976 não alcançou a respectiva previsão, como se especifica:

	Previsão	Arrecadação		Diferença
Hospital Psiquiátrico São Pedro ..	3.000.000,00	10.083.094,56	+	7.083.094,56
Instituto de Pesquisas Biológicas.	150.000,00	15.906,00	-	134.094,00
Laboratório Farmacêutico do Estado	-	53.081,64	+	53.081,64
Hospital Colônia Itapuã .....	-	412.616,35	+	412.616,35
Núcleo de Tuberculose - INPS .....	-	14.048.125,00	+	14.048.125,00
Núcleo de Tuberculose - IPASE ....	-	40.000,00	+	40.000,00
Equipamentos de Proteção contra o Câncer Ginecológico .....	-	840.000,00	+	840.000,00
Produto da venda da Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça .....	330.000,00	400.000,00	+	70.000,00
Superintendência dos Serviços Penitenciários .....	546.960,00	-	-	546.960,00
Produção de Bens e Serviços da Secretaria da Agricultura .....	<u>23.000.000,00</u>	<u>-</u>	-	<u>23.000.000,00</u>
	<u>27.026.960,00</u>	<u>25.892.823,55</u>	-	<u>1.134.136,45</u>

As duas unidades que não apresentaram receita, cuja estimativa perfazia o montante de Cr\$ 23.546.960,00, nada produziram ou retiveram suas rendas, aplicando-as no atendimento de suas despesas, em flagrante violação às normas gerais de direito financeiro.

Os dados expostos revelam que a totalidade dos ingressos sob exame pro-

vêm de dois órgãos superiores da Administração: a Secretaria da Saúde e o Tribunal de Justiça. Evidenciam também que os estabelecimentos integrados na Secretaria da Justiça e na da Agricultura não agiram de forma a permitir a incorporação das rendas que produziram.

A receita obtida pelas unidades da Secretaria da Saúde pôde ser incorporada em face da instituição, implantação e adequado funcionamento do Fundo Estadual de Saúde.

O Fundo Penitenciário, a cargo da Superintendência dos Serviços Penitenciários, embora legalmente criado, deverá ser reformulado, a fim de permitir a apropriação da receita e da despesa.

Quanto à receita proporcionada pelas unidades industriais da Secretaria da Agricultura, continua sendo aplicada diretamente, em virtude de, até o final do ano de 1976, não haver sido implantado o Fundo de Apoio ao Setor Primário, criado pela Lei nº 6.857, de 31 de dezembro de 1974.

#### TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As receitas classificadas como transferências correntes totalizaram Cr\$ 285.726.454,10, ficando aquém do montante orçado em Cr\$ 85.900.060,90.

É o seguinte o seu desdobramento:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Quota-parte da Taxa Rodoviária Única (30%) .....	76.376.000,00	59.103.169,93	- 17.272.830,07
Contribuições da União			
Salário-Educação .....	42.000.000,00	-	- 42.000.000,00
Compensação do imposto sobre circulação de mercadorias ..	190.000.000,00	216.500.367,40	+ 26.500.367,40
Contribuição dos Municípios			
Para o Empréstimo Externo Prefeitura de Pelotas .....	45.000,00	124.607,19	+ 79.607,19
Contribuições Diversas			
Contribuição de melhoria de proventos dos servidores inativos .....	200.000,00	467.265,51	+ 267.265,51
Salário-Educação Estadual ...	57.000.000,00	-	- 57.000.000,00

Contribuição da Caixa Econômi  
ca Estadual referente à explo  
ração dos serviços lotéricos

<u>6.005.515,00</u>	<u>9.531.044,07</u>	+ <u>3.525.529,07</u>
371.626.515,00	285.726.454,10	- 85.900.060,90
-----	-----	-----

Das rubricas que apresentaram receita, somente a "Quota-Parte da Taxa Rodoviária Única" não atingiu a previsão.

Pelo volume de recursos proporcionados, destaca-se a compensação do imposto sobre circulação de mercadorias, por parte da União Federal, que deixou de ser arrecadado como tributo, em virtude da concessão de estímulos fiscais. Esses incentivos foram concedidos pelos instrumentos a seguir especificados, com a indicação da respectiva compensação:

ICM sobre carne bovina e ovina .....	125.847.316,84
Convênio AE-1/73, alterado pelo Convênio AE-10/74, aprovados pelos Decretos Legislativos nºs 3.045, de 14 de maio de 1973, e 3.221, de 26 de dezembro de 1974, respectivamente;	
Convênio ICM-35/75, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.375, de 28 de novembro de 1975;	
Convênio ICM-24/76, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.493, de 31 de agosto de 1976, que alterou os Convênios AE-1/73 e AE-10/74.	
ICM sobre carne suína .....	42.529.294,09
Convênio ICM-52/75, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.413, de 24 de dezembro de 1975.	
ICM sobre soja .....	48.123.756,47
Convênio AE-2/74, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.164, de 28 de junho de 1974, complementado pelo Protocolo AE-7/74, de 31 de outubro de 1974;	
Convênio ICM-11/76, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.481, de 28 de junho de 1976.	
	<u>216.500.367,40</u>
	-----

Nenhuma arrecadação foi registrada nas rubricas "Contribuição da União — Salário-Educação" e "Salário-Educação Estadual".

As transferências deferidas pela União como "Salário-Educação" foram recebidas e aplicadas diretamente pela Secretaria de Educação e Cultura, à margem do orçamento. Essa prática, que vem sendo adotada desde a criação do salário-educação, através da Lei Federal nº 4.440, de 27 de outubro de 1964, resulta na desfiguração das apurações contábeis.

A receita à conta da rubrica "Salário-Educação Estadual", instituído pela Lei Estadual nº 6.627, de 21 de novembro de 1973, deixou de ser arrecadada a partir de 1976, em consequência do Decreto-Lei nº 1.422, de 23 de outubro de 1975, e respectivo regulamento baixado pelo Decreto nº 76.923, de 26 de dezembro de 1975, ambos editados pela União Federal.

#### RECEITAS DIVERSAS

Os ingressos de diversas origens grupados como Receitas Diversas totalizaram Cr\$ 247.003.474,53, correspondentes a 68,38% da previsão orçamentária cifrada em Cr\$ 361.196.025,00, e assim se discriminam:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Multas .....	150.000.000,00	98.412.458,66	- 51.587.541,34
Reembolso, pela União, de proventos de servi- dores ferroviários i- nativos .....	30.000.000,00	66.167.364,56	+ 36.167.364,56
Outras indenizações e restituições .....	70.000.000,00	27.390.027,70	- 42.609.972,30
Cobrança da dívida ati- va .....	100.000.000,00	47.760.159,83	- 52.239.840,17
Receitas de exercícios anteriores .....	400.000,00	4.611.080,88	+ 4.211.080,88
Comissões e participa- ções em seguros cole- tivos .....	10.000,00	90.618,74	+ 80.618,74
Consignatários .....	900.000,00	1.555.476,67	+ 655.476,67
Comissão de cobrança da dívida ativa .....	9.486.025,00	20.794,85	- 9.465.230,15
Outras receitas .....	400.000,00	995.492,64	+ 595.492,64
	<u>361.196.025,00</u>	<u>247.003.474,53</u>	- <u>114.192.550,47</u>
	=====	=====	=====

Dentre essas receitas, destaca-se o produto arrecadado em virtude da im-  
posição de multas. Estes ingressos apresentam a seguinte evolução:

Ano	Arrecadação	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1972	14.424.174,54	-
1973	32.944.233,35	128%
1974	54.925.830,00	67%
1975	77.174.141,82	41%
1976	98.412.458,66	28%

Os números relativos expostos revelam grandes flutuações no comportamen-  
to dos ingressos desta espécie. Na realidade, trata-se de fonte de recursos aleatória.  
Entretanto, o grande incremento verificado em 1973 deve-se à alteração de critério da  
classificação das penalidades impostas por infrações à legislação do imposto sobre cir-  
culação de mercadorias. Até 27 de fevereiro do mencionado ano, as referidas penalida-  
des eram acrescidas ao tributo. Após essa data, passaram a ser classificadas como mu-  
tas, procedimento que continua em vigor.

Segundo o volume de recursos, segue-se o reembolso, pela União, de pro-  
ventos de servidores ferroviários inativos. Trata-se de encargos da responsabilidade  
da União, pagos pelo Estado. A receita apropriada constitui contrapartida do débito da  
União e não efetivo reembolso.

Comparece em terceiro plano o produto da cobrança da dívida ativa que,  
no último quinquênio, apresenta o seguinte comportamento em relação ao saldo existen-  
te no final de cada período:

Ano	Dívida ativa	Cobrança da dívida ativa	% da dívida ativa cobrada
1972	288.419.580,27	21.465.014,23	7,4
1973	381.113.666,36	30.231.336,04	7,9
1974	703.532.480,69	28.134.922,66	4,0
1975	579.731.598,68	43.081.858,35	7,4
1976	677.816.971,11	47.760.159,83	7,0

Merece destaque, ainda, a receita escritural classificada como "outras  
indenizações e restituições", que provém, quase exclusivamente, do cancelamento de re-



sídus passivos formados em exercícios anteriores, em contrapartida da despesa orçamentária.

Por último, menciona-se que os ingressos compreendidos na rubrica "receitas de exercícios anteriores" referem-se, na sua quase totalidade, ao produto do salário-educação estadual da competência de 1975, mas pago no ano sob exame, quando esta contribuição já se encontrava extinta.

#### 2.1.1.2 - RECEITAS DE CAPITAL

Os recursos obtidos sob esta classificação atingiram a quantia de Cr\$ 1.977.653.013,68, inferior em Cr\$ 436.841.986,32 à previsão orçamentária. A arrecadação do ano anterior, na mesma categoria, foi ultrapassada em Cr\$ 360.198.158,83.

Do total destas receitas, aproximadamente três quartos, ou seja, Cr\$ 1.476.657.615,14, têm origem na realização de operações de crédito, a saber:

##### a) Empréstimos em títulos

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS - Lei 6.465, de 15.12.72		
Dec. 24.251, de 27.11.75		
- 9a. série .....	472.842.342,74	
Dec. 24.936, de 28. 9.76		
- 10a. série .....	<u>149.999.738,88</u>	622.842.081,62

##### b) Empréstimos contratados

###### Internos

###### Banco do Brasil S.A.

Empréstimo de 49,9 milhões de cruzeiros, contratado em 27.12.74 - Lei 6.284, de 25.10.71	27.732.000,50
--	---------------

###### Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

Empréstimo de 100 milhões de cruzeiros, contratado em 22. 1.76 - Lei 6.917, de 21.11.75	100.000.000,00
---	----------------

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Empréstimos contratados

Em 2. 9.75 - Lei 6.284,  
de 25.10.71

21.341 UPC ..... 3.288.362,29  
44.392 UPC ..... 6.465.846,76

Em 5. 5.76 - Lei 6.284,  
de 25.10.71

707.803 UPC ..... 34.422.703,52

Em 14.6.76 - Lei 6.633,  
de 30.11.73

3.705 UPC ..... 333.249,19  
9.641 UPC ..... 1.622.990,25  
10.678 UPC ..... 1.797.454,93  
18.503 UPC ..... 3.114.591,30  
22.481 UPC ..... 3.310.683,84  
34.794 UPC ..... 2.959.489,65

Em 30.7.76 - Lei 6.633,  
de 30.11.73

10.746 UPC ..... 627.645,92  
35.831 UPC ..... 3.031.989,35  
82.998 UPC ..... 6.273.271,42

Em 30.9.76 - Lei 6.633,  
de 30.11.73

2.113 UPC ..... 159.505,43  
3.347 UPC ..... 520.966,04  
3.618 UPC ..... 609.004,33  
10.811 UPC ..... 1.657.594,81  
15.729 UPC ..... 1.129.205,24

Em 15.10.76 - Lei 7.008,  
de 30. 9.76

485.123 UPC ..... 52.355.732,42

Em 10.11.76 - Lei 6.633,  
de 30.11.73

15.638 UPC ..... 299.824,64  
65.038 UPC ..... 7.641.971,16

Em 16.11.76 - Lei 6.633,  
de 30.11.73

979.658 UPC ..... 15.612.786,78

Em 22.11.76 - Lei 6.989,  
de 2. 7.76

665.360 UPC ..... 112.000.048,80

Caixa Econômica Federal

Empréstimo de 116,6 mi-  
lhões de cruzeiros, con-  
tratado em 24. 2.76  
- Lei 6.949, de 23.12.75

25.526.394,00 412.493.312,57

Externos

Banco do Brasil S.A.

Empréstimo de 20 milhões

de dólares, contratado em 18. 3.76 - Lei 6.912, de 12.11.75 .....	197.700.000,00		
Empréstimo de 20 milhões de dólares, contratado em 4.11.76 - Lei 6.912, de 12.11.75 .....	235.200.000,00		
Kreditanstalt für Wiederaufbau			
Empréstimo de 10 milhões de marcos alemães, contratado em 19.12.74 - Lei 6.284, de 25.10.71.	<u>8.422.220,95</u>	<u>441.322.220,95</u>	<u>1.476.657.615,14</u>

Embora com participação menor, destacam-se ainda as transferências provenientes da União Federal e relativas à participação em tributos federais e contribuições. Estes recursos, que são de aplicação específica, assim se desdobram:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Quota-parte do Fundo de Participação dos Estados .....	196.000.000,00	169.363.681,74	- 26.636.318,26
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica .....	112.523.000,00	104.150.351,38	- 8.372.648,62
Quota-parte do imposto único sobre minerais do país .....	20.921.000,00	14.415.477,34	- 6.505.522,66
Quota-parte da taxa rodoviária única (70%) .....	178.210.000,00	137.907.396,79	- 40.302.603,21
Contribuições da União Federal .	-	<u>27.200.000,00</u>	<u>+ 27.200.000,00</u>
	<u>507.654.000,00</u>	<u>453.036.907,25</u>	<u>- 54.617.092,75</u>

Conforme se depreende do quadro exposto, nenhuma das participações em tributos federais atingiu a respectiva previsão.

As contribuições da União, para as quais não houve previsão, detalham-se na seguinte forma:

Recursos do Fundo de Participação Especial - item III do art. 25 da Constituição Federal

À conta do "Convênio de Cooperação Técnica - SAREM/ESTADO", celebrado entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul .....	624.000,00
---	------------

Recursos do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - De-

creto Federal 72.062, de 6.4.73

Contribuição destinada à incorporação ao Fundurbano/RS .....	850.000,00
Contribuição destinada ao reaparelhamento da Polícia Civil .....	10.000.000,00
Contribuição destinada à implantação do Distrito Industrial de Rio Grande .....	10.000.000,00
Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano .....	<u>5.726.000,00</u>
	<u>27.200.000,00</u>
	=====

Finalmente, comparece a receita decorrente da alienação de bens, que assim se especifica:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Produto da realização do ativo do Banco Pelotense .....	80.000,00	101.852,95	+ 21.852,95
Produto da venda de imóveis e de resgate de terrenos reservados	1.400.000,00	4.425.033,34	+ 3.025.033,34
Alienação de veículos, máquinas e materiais obsoletos .....	500.000,00	1.431.605,00	+ 931.605,00
Alienação de ações .....	<u>50.000.000,00</u>	<u>42.000.000,00</u>	- <u>8.000.000,00</u>
	51.980.000,00	47.958.491,29	- 4.021.508,71
	=====	=====	=====

As ações vendidas referem-se à parcela da participação do Estado no capital do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. A operação foi realizada com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, nos termos da autorização contida na Lei nº 6.283, de 25 de outubro de 1971, e corresponde a 40.000.000 de ações do valor nominal de Cr\$ 1,05 cada uma.

## 2.1.2 - ANÁLISE DA DESPESA

A despesa orçamentária realizada no ano fiscal de 1976 atingiu a soma de Cr\$ 11.098.828.068,67, que, segundo a natureza dos créditos, assim se especifica:

Créditos ordinários .....	11.093.309.553,88
Créditos especiais .....	<u>5.518.514,79</u>
	11.098.828.068,67
	-----

Anexa ao Balanço Financeiro figura a demonstração da despesa realizada à conta de créditos especiais, com a indicação da cobertura financeira.

No volume II do Balanço Geral, os gastos do Estado estão especificados por categorias e subcategorias econômicas, elementos, rubricas, funções, programas, subprogramas, projetos e atividades, de forma sintética e analítica. No mesmo volume, encontra-se também o confronto da despesa autorizada com a realizada, por elemento.

A despesa pode ser também avaliada através dos quadros que seguem.

No primeiro, em que os dispêndios estão desdobrados segundo os órgãos que os efetuaram e a natureza dos créditos, com a indicação dos percentuais da despesa realizada à conta de cada espécie de autorização bem como dos relativos à participação de cada órgão no total dos gastos, verifica-se que 99,95% da despesa foram realizados à conta de créditos ordinários e somente 0,05% à conta de créditos especiais. Com exceção de quatro órgãos, os demais tiveram suas aplicações efetivadas exclusivamente a través de créditos ordinários.

Revela o quadro também a preponderância da despesa com Encargos Gerais do Estado, representando 39,72% do total. Sob este título, destacam-se os gastos com: a transferência aos municípios de 20% da receita do imposto sobre circulação de mercadorias (art. 23, § 8º, da Constituição Federal), o serviço da dívida pública e os pro ventos de inativos civis e militares.

Também a Secretaria de Educação e Cultura apresenta participação significativa no total da despesa, com 22,26% dos gastos públicos estaduais. Essa participação mostra a mesma distorção dos últimos anos, tendo em vista que o "Salário-Educa-

ção" continua à margem do mecanismo orçamentário.

Destacam-se, ainda, a Secretaria dos Transportes e a Secretaria da Segurança Pública, com percentuais de 8,69% e 7,80%, respectivamente. A participação dos demais órgãos oscila entre 3,24% e 0,22%.

Uma das classificações de maior relevo da despesa é a que obedece ao critério funcional, pois evidencia os setores de atividade governamental em que foram aplicados os recursos públicos. O desdobramento dos gastos sob esse ângulo e ainda segundo as categorias econômicas figura no segundo quadro.

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS ÓRGÃOS E A NATUREZA DOS CRÉDITOS

ÓRGÃOS	DESPESA REALIZADA				Total	%
	Créditos ordinários	%	Créditos especiais	%		
Assembleia Legislativa .....	97.439.814,28	100,00	-	-	97.439.814,28	0,88
Tribunal de Contas .....	37.140.816,42	100,00	-	-	37.140.816,42	0,33
Poder Judiciário .....	195.285.164,98	100,00	-	-	195.285.164,98	1,76
Poder Executivo .....	155.577.537,67	98,73	1.999.750,00	1,27	157.577.287,67	1,42
Secretaria da Justiça .....	62.428.517,15	100,00	-	-	62.428.517,15	0,56
Secretaria de Coordenação e Planejamento .....	165.693.086,15	99,28	1.200.000,00	0,72	166.893.086,15	1,50
Secretaria da Fazenda .....	250.479.759,23	100,00	-	-	250.479.759,23	2,26
Secretaria da Agricultura .....	199.793.486,79	100,00	-	-	199.793.486,79	1,80
Secretaria da Indústria e Comércio .....	119.418.716,95	98,22	2.168.764,79	1,78	121.587.481,74	1,10
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações .....	359.656.687,03	100,00	-	-	359.656.687,03	3,24
Secretaria dos Transportes .....	964.837.314,92	100,00	-	-	964.837.314,92	8,69
Secretaria de Educação e Cultura .....	2.470.277.509,02	99,99	150.000,00	0,01	2.470.427.509,02	22,26
Secretaria da Saúde .....	321.080.824,01	100,00	-	-	321.080.824,01	2,90
Secretaria do Trabalho e Ação Social .....	185.903.979,55	100,00	-	-	185.903.979,55	1,67
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas .....	185.726.073,32	100,00	-	-	185.726.073,32	1,67
Secretaria da Segurança Pública .....	865.680.678,42	100,00	-	-	865.680.678,42	7,80
Secretaria da Administração .....	24.706.953,55	100,00	-	-	24.706.953,55	0,22
Secretaria de Turismo .....	24.207.699,67	100,00	-	-	24.207.699,67	0,22
Encargos Gerais do Estado .....	4.407.974.934,77	100,00	-	-	4.407.974.934,77	39,72
	11.093.309.553,88	99,95	5.518.514,79	0,05	11.098.828.068,67	100,00

DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

F U N Ç Õ E S	Despesas Correntes	%	Despesas de Capital	%	Total	%
01 - Legislativa .....	114.181.365,26	94,55	6.579.114,46	5,45	120.760.479,72	1,09
02 - Judiciária .....	325.797.012,47	96,77	10.865.079,25	3,23	336.662.091,72	3,03
03 - Administração Superior e Planejamento Global .....	1.055.472.281,04	57,67	774.675.739,18	42,33	1.830.148.020,22	16,49
04 - Agricultura, Abastecimento e Organização Agrária .....	188.088.617,93	91,80	16.808.868,86	8,20	204.897.486,79	1,85
05 - Comunicações .....	-	-	51.678.615,00	100,00	51.678.615,00	0,47
06 - Defesa Nacional e Segurança Pública .....	861.551.626,81	99,52	4.129.051,61	0,48	865.680.678,42	7,80
07 - Desenvolvimento Regional .....	1.383.488.580,22	95,11	71.206.748,97	4,89	1.454.695.329,19	13,10
08 - Educação e Cultura .....	2.430.949.299,02	97,55	61.135.518,75	2,45	2.492.084.817,77	22,45
09 - Energia e Recursos Minerais ..	2.087.280,34	0,67	311.590.791,69	99,33	313.678.072,03	2,83
10 - Habitação e Urbanismo .....	4.590.871,01	3,97	111.067.125,35	96,03	115.657.996,36	1,04
11 - Indústria, Comércio e Serviços	82.671.759,18	17,14	399.580.736,95	82,86	482.252.496,13	4,35
13 - Saúde e Saneamento .....	313.556.857,85	57,36	233.107.939,13	42,64	546.664.796,98	4,93
14 - Trabalho .....	12.639.064,12	98,60	180.000,00	1,40	12.819.064,12	0,11
15 - Assistência e Previdência .....	1.190.603.889,43	99,68	3.800.000,00	0,32	1.194.403.889,43	10,76
16 - Transporte .....	262.207.833,78	24,35	814.536.401,01	75,65	1.076.744.234,79	9,70
T O T A L .....	8.227.886.338,46	74,13	2.870.941.730,21	25,87	11.098.828.068,67	100,00



O desdobramento da despesa por elemento, exposto a seguir, permite avaliar os Instrumentos utilizados pelo Governo do Estado na execução dos programas de trabalho:

	Cr\$	%
Pessoal .....	3.567.524.425,77	32,14
Material de Consumo .....	194.422.370,01	1,75
Serviços de Terceiros .....	305.908.921,94	2,76
Encargos Diversos .....	436.560.337,82	3,93
Despesas de Exercícios Anteriores	99.583.771,05	0,90
Subvenções Sociais .....	265.331.511,77	2,39
Transferência de Assistência e Pre- vidência Social .....	1.010.817.324,75	9,11
Juros .....	375.204.116,37	3,38
Contribuição de Previdência Social	119.521.031,73	1,08
Diversas Transferências Correntes	1.853.012.527,25	16,70
Obras Públicas .....	155.035.834,46	1,40
Serviços em Regime de Programação Especial .....	90.118.709,37	0,81
Equipamentos e Instalações .....	7.640.895,90	0,07
Material Permanente .....	10.502.727,13	0,09
Participação em Constituição ou Au- mento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agríco- las .....	353.719.647,61	3,19
Aquisição de Imóveis .....	3.700.000,00	0,03
Participação em Constituição ou Au- mento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financei- ras .....	209.066.263,00	1,88
Constituição de Fundos Rotativos.	357.185.357,86	3,22
Amortização .....	568.662.084,01	5,12
Auxílios para Equipamentos e Ins- talações .....	2.000.000,00	0,02
Contribuições Diversas .....	<u>1.113.310.210,87</u>	<u>10,03</u>
	<u>11.098.828.068,67</u>	<u>100,00</u>
	=====	=====

Dentre essas vinte e uma especificações, quatro compreendem 67,98% do total da despesa, restando para os outros dezessete elementos 32,02%.

Com relação aos gastos com pessoal, a Constituição Federal prescreve, no

artigo 64, que as despesas desta natureza terão seus limites fixados em lei complementar, sem que, até a presente data, tenha sido editada essa regulamentação.

Eis a comparação da despesa imputada ao referido elemento como total de receitas correntes, nos últimos cinco anos:

Ano	Despesa do elemento Pessoal	Receitas Correntes	Percentagem da despesa com pessoal sobre as re- ceitas correntes
1972	789.640.635,24	2.238.182.339,60	35%
1973	1.083.968.336,83	3.111.617.831,23	35%
1974	1.506.578.769,00	4.070.295.636,84	37%
1975	2.410.610.474,56	5.913.764.500,77	41%
1976	3.567.524.425,77	7.817.368.039,99	46%

#### CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA

Para o julgamento das contas governamentais, sob o aspecto legal, dados substanciais são fornecidos pelo confronto da despesa fixada com a realizada através dos quadros que integram o segundo volume do Balanço Geral.

As referidas demonstrações, além de propiciarem também subsídios de real valor para atividades futuras, revelam que, no exercício de 1976, nenhuma autorização legal foi ultrapassada pela despesa a ela imputada, o que vem ocorrendo desde o ano de 1964.

Segue-se a confrontação sintética da despesa autorizada com a realizada, segundo a natureza dos créditos.

Despesa por créditos ordinários - As dotações contidas na Lei de Meios para 1976, no valor de Cr\$ 10.463.106.000,00, foram elevadas para Cr\$ 11.699.762.960,62. Essa alteração já foi objeto de análise no primeiro capítulo desta exposição.

É a seguinte, em resumo, a execução orçamentária à conta das autorizações ordinárias:

Créditos ordinários .....	11.699.762.960,62
Despesa realizada .....	<u>11.093.309.553,88</u>
Saldo .....	606.453.406,74

=====

Representa essa economia apenas 5,1% dos créditos ordinários autorizados, com um pequeno acréscimo em relação ao índice do ano anterior, que foi de 3%, mas constituindo-se, assim mesmo, no mais baixo do último quinquênio, salvo o de 1975, conforme se verifica:

	1972	1973	1974	1975	1976
Saldo verificados (em milhares de cruzeiros)	251.162	370.623	434.614	254.101	606.453
Percentagem em relação à despesa fixada .....	9,0%	9,4%	7,9%	3,0%	5,1%

As economias verificaram-se nos seguintes órgãos:

Assembléia Legislativa .....	5.139.394,64
Tribunal de Contas .....	415.626,10
Poder Judiciário .....	3.129.934,60
Poder Executivo .....	3.797.789,67
Secretaria da Justiça .....	6.303.543,14
Secretaria de Coordenação e Planejamento .....	40.089.051,68
Secretaria da Fazenda .....	7.163.219,19
Secretaria da Agricultura .....	43.318.357,84
Secretaria da Indústria e Comércio .....	1.993.735,01
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações .....	25.628.017,66
Secretaria dos Transportes .....	120.834.618,63
Secretaria de Educação e Cultura .....	148.932.564,66
Secretaria da Saúde .....	1.624.087,31
Secretaria do Trabalho e Ação Social .....	2.955.011,83
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas	51.468.128,37
Secretaria da Segurança Pública .....	4.264.917,30
Secretaria da Administração .....	1.158.311,72
Secretaria de Turismo .....	2.479.311,61
Encargos Gerais do Estado .....	<u>135.757.785,78</u>
	606.453.406,74

Despesa por créditos especiais - As autorizações especiais de despesa atingiram a soma de Cr\$ 5.518.764,79, à conta das quais foram realizados gastos no valor de Cr\$ 5.518.514,79. O saldo, na importância de Cr\$ 250,00, constituiu-se em economia, pois prescreveu no final do exercício.

Despesa por créditos extraordinários - Conquanto tenha sido aberto um

crédito extraordinário, no valor de Cr\$ 500.000,00, nenhuma despesa foi realizada à conta do mesmo.

#### EVOLUÇÃO DA DESPESA

O comportamento da despesa classificada por funções e por elementos é evidenciado nos quadros que seguem.

A primeira dessas demonstrações refere-se somente aos anos de 1975 e 1976, em virtude de, no primeiro desses períodos, haver sido adotado novo critério de classificação. Dito documento revela que, em 1976, novas alterações foram introduzidas na classificação funcional: a função "Justiça" foi incorporada à "Judiciária" e a especificação "Trabalho, Assistência e Previdência" foi desdobrada em "Trabalho" e "Assistência e Previdência". Enquanto a primeira dessas alterações não prejudica a comparabilidade, a segunda invalida essa condição. Das demais funções, verifica-se que cinco tiveram um incremento superior ao da despesa geral e sete apresentaram situação inversa. Dentre os setores em que se constata elevação nas aplicações, o de "Habitação e Urbanismo" experimentou um aumento de mais de dois mil por cento. Inversamente, as reduções mais acentuadas ocorreram em "Energia e Recursos Minerais" e "Comunicações".

O outro demonstrativo, que expõe a evolução da despesa especificada por elementos, refere-se ao último quinquênio. Os números relativos indicam grande oscilação no comportamento da despesa de cada elemento, o que dificulta sobremaneira a interpretação. Observa-se, todavia, a tendência de incrementos, muito acima do da despesa global, nos elementos "Constituição de Fundos Rotativos", "Serviços em Regime de Programação Especial" e "Juros". Comportamento inverso apresentam os elementos "Equipamentos e Instalações" e "Material Permanente".

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÕES

FUNÇÕES	NÚMEROS ABSOLUTOS		NÚMEROS RELATIVOS	
	1975	1976	1975	1976
01 - Legislativa .....	83.660.446,59	120.760.479,72	100	144
02 - Judiciária .....	142.680.139,46	336.662.091,72	-	-
Justiça .....	97.951.751,75	-	-	-
03 - Administração e Planejamento .....	1.374.553.420,94	1.830.148.020,22	100	133
04 - Agricultura .....	178.463.015,68	204.897.486,79	100	115
05 - Comunicações .....	51.999.298,00	51.678.615,00	100	99
06 - Defesa Nacional e Segurança Pública .....	626.435.819,66	865.680.678,42	100	138
07 - Desenvolvimento Regional .....	1.175.781.165,06	1.454.695.329,19	100	124
08 - Educação e Cultura .....	1.814.256.143,16	2.492.084.817,77	100	137
09 - Energia e Recursos Minerais .....	404.928.300,57	313.678.072,03	100	77
10 - Habitação e Urbanismo .....	5.442.985,94	115.657.996,36	100	2.125
11 - Indústria, Comércio e Serviços .....	319.142.923,60	482.252.496,13	100	151
13 - Saúde e Saneamento .....	276.843.942,62	546.664.796,98	100	197
Trabalho, Assistência e Previdência .....	783.079.659,12	-	-	-
14 - Trabalho .....	-	12.819.064,12	-	-
15 - Assistência e Previdência .....	-	1.194.403.889,43	-	-
16 - Transporte .....	621.160.224,57	1.076.744.234,79	100	173
TOTAL .....	7.956.379.236,72	11.098.828.068,67	100	139

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ELEMENTOS

E L E M E N T O S	Números absolutos, em milhares de Cr\$						Números relativos				
	1972	1973	1974	1975	1976	1972	1973	1974	1975	1976	
Pessoal .....	789.641	1.083.968	1.506.579	2.410.610	3.567.524	100	137	191	305	452	
Material de Consumo .....	55.345	84.690	106.414	138.629	194.422	100	153	192	250	351	
Serviços de Terceiros .....	86.197	125.155	165.900	222.976	305.909	100	145	192	259	355	
Encargos Diversos .....	110.525	232.125	314.137	439.652	436.560	100	210	284	398	395	
Despesas de Exercícios Anteriores .....	16.396	50.863	56.957	75.565	99.584	100	310	347	461	607	
Subvenções Sociais .....	80.826	105.191	166.860	187.550	265.332	100	130	206	232	328	
Subvenções Econômicas .....	1.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferência de Assistência e Previdência Social .....	251.895	343.023	442.190	672.039	1.010.817	100	136	176	267	401	
Juros .....	34.960	52.266	74.382	151.123	375.204	100	150	213	432	1.073	
Contribuições de Previdência Social .....	26.317	51.942	58.332	88.639	119.521	100	197	222	337	454	
Diversas Transferências Correntes .....	494.912	674.078	908.723	1.451.633	1.853.013	100	136	184	293	374	
Obras Públicas .....	36.014	128.886	153.572	261.885	155.036	100	358	426	727	430	
Serviços em Regime de Programação Especial	4.721	22.367	72.381	28.117	90.119	100	474	1.533	596	1.909	
Equipamentos e Instalações .....	35.394	20.254	37.065	11.267	7.641	100	57	105	32	22	
Material Permanente .....	8.951	13.088	13.981	12.064	10.503	100	146	156	135	117	
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas .....	158.582	252.595	338.828	462.682	353.720	100	159	214	292	223	
Aquisição de Imóveis .....	1.141	7.804	13.836	11.208	3.700	100	684	1.213	982	324	
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras .....	59.161	47.661	64.725	148.035	209.066	100	81	109	250	353	
Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento .....	536	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição de Fundos Rotativos .....	4.943	11.605	24.695	90.496	357.185	100	235	500	1.831	7.226	
Diversas Inversões Financeiras .....	-	-	3.000	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização .....	63.899	60.597	166.479	494.718	568.662	100	95	261	774	890	
Auxílios para Obras Públicas .....	3.412	3.319	5.830	1.840	-	100	97	171	54	-	
Auxílios para Equipamentos e Instalações	-	2.500	3.430	1.601	2.000	-	-	-	-	-	
Contribuições Diversas .....	253.431	298.604	417.399	594.050	1.113.310	100	118	165	234	439	
Despesa Geral .....	2.578.599	3.672.581	5.115.695	7.956.379	11.098.828	100	142	198	309	430	



O resultado global equivale à soma dos resultados parciais, como se vê:

Deficit do Orçamento Corrente .....	410.518.298,47
Deficit do Orçamento de Capital .....	<u>893.288.716,53</u>
Deficit financeiro do exercício .....	1.303.807.015,00
	=====

Em relação ao ano anterior, o resultado do orçamento corrente sofreu um agravamento de Cr\$ 485.866.982,23, uma vez que, em 1975, verificou-se um superavit de Cr\$ 75.348.683,76.

A comparação do deficit do orçamento de capital do ano sob exame com o do apurado em 1975 também revela uma deterioração, cifrada em Cr\$ 392.780.151,67.

O quadro que segue demonstra, de outra forma, a execução orçamentária sob a ótica da classificação econômica.



DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

R E C E I T A	Cr\$	Cr\$	D E S P E S A	Cr\$	Cr\$
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
Receita Tributária .....	6.989.464.409,77		Despesas de Custeio .....	4.603.999.826,59	
Receita Patrimonial .....	269.280.878,04		Transferências Correntes	3.623.886.511,87	8.227.886.338,46
Receita Industrial .....	25.892.823,55				
Transferências Correntes.	285.726.454,10				
Receitas Diversas .....	247.003.474,53	7.817.368.039,99			
Deficit .....		410.518.298,47			
		8.227.886.338,46	Deficit do Orçamento Corrente .....		410.518.298,47
			DESPESAS DE CAPITAL		
RECEITAS DE CAPITAL			Investimentos .....	617.017.814,47	
Operações de Crédito .....	1.476.657.615,14		Inversões Financeiras ..	569.951.620,86	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis .....	47.958.491,29		Transferências de Capital	1.683.972.294,88	2.870.941.730,21
Transferências de Capital	453.036.907,25	1.977.653.013,68			
Deficit .....		1.303.807.015,00			
		3.281.460.028,68			3.281.460.028,68

## 2.1.4 - ANÁLISE DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

No capítulo inicial demonstrou-se que o deficit presumível do exercício atingiu o montante de Cr\$ 1.217.575.807,35. A execução orçamentária, todavia, revelou o resultado negativo de Cr\$ 1.303.807.015,00, assim sintetizado:

Despesa realizada .....	11.098.828.068,67
Receita realizada .....	<u>9.795.021.053,67</u>
Deficit financeiro .....	1.303.807.015,00

-----

Como se vê, o desequilíbrio orçamentário previsto foi ultrapassado em 7,08% pelo efetivamente apurado.

Para melhor compreensão do deficit apurado e identificação de suas origens, procede-se à sua decomposição segundo as classes de componentes de que resultou. Para tanto, cotejam-se os recursos, conforme o desdobramento apresentado no capítulo Despesas Autorizadas e Recursos Financeiros, com a despesa realizada à conta dos mesmos. Eis a demonstração:

### RECEITA REALIZADA

I - Fundo Geral .....	6.620.367.295,29
II - Fundos Especiais	
Parcela de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios .....	1.295.074.794,00
Parcela de 20% da compensação da menor receita do imposto sobre circulação de mercadorias, conforme convênios .....	43.300.073,48
Parcela de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias cobrado em Dívida Ativa .....	6.875.546,25
Taxa Rodoviária Única	
Parcela destinada ao Programa Especial de Vias Expressas .....	56.148.011,51
Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	78.446.220,14
Parcela destinada aos municípios ....	56.033.013,79
Parcela relativa ao atendimento dos serviços executados pelo Serviço Federal	

de Processamento de Dados .....	6.383.321,28	
Renda líquida da exploração dos servi- ços lotéricos .....	5.902.915,84	
Renda da sobretaxa no preço de bilhetes de loteria (10%) .....	3.628.128,23	
Receita escritural resultante do cancelamento, nos termos do Dec. Legislativo 3.142/74, de auxílios concedidos e não processados, classificada na rubrica "indenizações e restituições" .....	438.290,00	
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica .....	104.150.351,38	
Quota-parte do imposto único sobre minerais do país .....	14.415.477,34	
Auxílio especial da União Federal de que trata o item III do art. 25 da Constituição Federal .....	624.000,00	
União Federal — Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Dec. Federal 72.062, de 6.4.73 .....	20.850.000,00	
União Federal — Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano .....	<u>5.726.000,00</u>	1.697.996.143,24

III - Operações de Crédito

Operações de crédito realizadas, conforme discriminativo constante na Análise da Receita .....		<u>1.476.657.615,14</u>
		9.795.021.053,67

DESPESA REALIZADA

I - Com cobertura em recursos do Fundo Geral  
da competência do exercício

à conta de créditos ordinários .....	7.884.281.549,54	
à conta de créditos especiais .....	<u>5.518.514,79</u>	7.889.800.064,33

II - Com cobertura em recursos dos Fundos Especiais

da competência do exercício

à conta de créditos ordinários .....	1.700.386.597,40	
da competência de exercícios anteriores		
à conta de créditos ordinários .....	<u>438.290,00</u>	1.700.824.887,40

III - Com cobertura em recursos de Operações de Crédito

à conta de créditos ordinários .....		<u>1.508.203.116,94</u>
--------------------------------------	--	-------------------------

Do confronto dos recursos obtidos com a despesa realizada, observada a vinculação de classe a classe, obtêm-se os seguintes resultados parciais:

<b>I - Resultado da gestão do Fundo Geral</b>		
Despesa realizada à conta dos recursos da competência do exercício .....		7.889.800.064,33
Receita realizada .....		<u>6.620.367.295,29</u>
Deficit da gestão do Fundo Geral .....		<u>1.269.432.769,04</u>
<b>II - Resultado da gestão dos Fundos Especiais</b>		
Despesa realizada		
à conta dos recursos da competência do exercício .....	1.700.386.597,40	
à conta dos recursos da competência de exercícios anteriores .....	<u>438.290,00</u>	1.700.824.887,40
Receita realizada .....		<u>1.697.996.143,24</u>
Deficit da gestão dos Fundos Especiais .....		<u>2.828.744,16</u>
<b>III - Resultado da gestão dos recursos de Operações de Crédito</b>		
Despesa realizada .....		1.508.203.116,94
Receita realizada .....		<u>1.476.657.615,14</u>
Deficit da gestão de Operações de Crédito .....		<u>31.545.501,80</u>

A soma desses resultados parciais, todos negativos, conduz ao resultado global, como segue:

Deficit da gestão do Fundo Geral .....	1.269.432.769,04
Deficit da gestão dos Fundos Especiais ..	2.828.744,16
Deficit da gestão de Operações de Crédito	<u>31.545.501,80</u>
Deficit financeiro do exercício .....	<u>1.303.807.015,00</u>

## 2.2.0 - OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Para completar o exame das operações da gestão financeira expostas no Balanço Financeiro, resta analisar as entradas e saídas extra-orçamentárias, como segue:

### RECEITA

Restos a Pagar (contrapartida da despesa empenhada) .....	597.367.386,16
Serviço da Dívida a Pagar .....	40.772.613,63
Depósitos .....	544.436.666,04
Dêbitos de Tesouraria .....	3.551.668.067,02
Outras operações .....	<u>2.959.971.283,92</u>
	<u>7.694.216.016,77</u>

### DESPESA

Restos a Pagar .....	447.391.615,72
Serviço da Dívida a Pagar .....	13.326.086,22
Depósitos .....	411.240.640,49
Dêbitos de Tesouraria .....	3.175.314.741,02
Outras operações .....	<u>1.980.783.734,39</u>
	<u>6.028.056.817,84</u>

Essas operações encontram-se especificadas na Demonstração das Operações Extra-Orçamentárias, anexa ao Balanço Financeiro. Esses fatos podem também ser agrupados segundo suas origens e os efeitos que produzem na composição do patrimônio financeiro, como se demonstra:

### RECEITA

Recebimento de créditos .....	1.478.285.089,18
Formação de dívidas .....	<u>6.215.930.927,59</u>
	<u>7.694.216.016,77</u>

### DESPESA

Formação de créditos .....	1.479.604.684,54
Pagamento de dívidas .....	<u>4.548.452.133,30</u>
	<u>6.028.056.817,84</u>

## 2.3.0 - REFLEXOS DA GESTÃO FINANCEIRA SOBRE O PATRIMÔNIO FINANCEIRO

Os fatos que constituem a gestão financeira, compreendendo a receita e a despesa orçamentárias e extra-orçamentárias, embora analisados separadamente, estão profunda e indissoluvelmente entrelaçados.

Esse conjunto de operações determina variações quantitativo-qualitativas sobre os componentes do patrimônio financeiro. As variações quantitativas resultantes da execução orçamentária evidenciam, por outra via, o resultado financeiro do exercício. Eis a apuração dessas variações:

### Nas disponibilidades

Situação final .....	444.127.859,33
Situação inicial .....	<u>81.775.675,40</u>
Aumento de disponibilidades .....	362.352.183,93

=====

### No ativo realizável

Formação de créditos .....	1.479.604.684,54
Recebimento de créditos .....	<u>1.478.285.089,18</u>
Aumento de créditos .....	1.319.595,36

=====

### Na dívida flutuante

Formação de dívidas .....	6.215.930.927,59
Pagamento de dívidas .....	<u>4.548.452.133,30</u>
Aumento de dívidas .....	1.667.478.794,29

=====

A soma algébrica das variações apuradas tem como resultado o déficit financeiro apurado:

### Variações passivas

Aumento de dívidas .....	1.667.478.794,29
--------------------------	------------------

### Variações ativas

Aumento de disponibilidades .....	362.352.183,93
Aumento de créditos .....	<u>1.319.595,36</u>
Deficit financeiro do exercício .....	<u>363.671.779,29</u>
	1.303.807.015,00

=====

Convém esclarecer que o patrimônio financeiro foi passível de variação

quantitativa determinada por fenômenos estranhos à execução orçamentária, que será ob  
jeto de apreciação em próximos capítulos.

### 3 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial demonstra os componentes positivos e negativos do patrimônio administrativo do Estado, divididos em dois grandes grupos: o financeiro e o permanente.

Na área financeira são reunidos os créditos e valores realizáveis, como elementos positivos, e os restos a pagar, o serviço da dívida a pagar, os depósitos de terceiros e os débitos de tesouraria, como componentes negativos.

No grupo permanente, situam-se, como elementos ativos, os bens de uso especial, os créditos de lenta realização, os valores ativos em liquidação, os fundos de financiamento e os estoques de material, e, como componentes passivos, a dívida fundada interna e externa.

A composição qualitativo-quantitativa do patrimônio financeiro e a respectiva situação líquida, que é negativa, assim se apresentam:

#### Passivo

Restos a Pagar .....	797.422.891,42	
Serviço da Dívida a Pagar .....	89.926.900,19	
Depósitos .....	212.399.266,93	
Débitos de Tesouraria .....	1.227.985.657,80	
Diversos .....	<u>1.282.484.109,26</u>	3.610.218.825,60

#### Ativo

Disponível .....	236.643.972,71	
Vinculado .....	207.483.886,62	
Realizável .....	<u>300.321.937,76</u>	<u>744.449.797,09</u>
Passivo financeiro descoberto .....		<u>2.865.769.028,51</u>

A situação líquida financeira sofreu um agravamento, no ano sob exame, da ordem de Cr\$ 1.345.869.513,23, em consequência do deficit financeiro da execução orçamentária e das variações extra-orçamentárias de que foi passível o patrimônio financeiro, conforme se demonstra:



Passivo financeiro descoberto em 31.12.75		1.519.899.515,28
Deficit financeiro do exercício ....	1.303.807.015,00	
Variações extra-orçamentárias do patrimônio financeiro .....	<u>42.062.498,23</u>	<u>1.345.869.513,23</u>
		<u>2.865.769.028,51</u>

Por sua vez, o patrimônio permanente, cuja situação líquida é positiva, assim se desdobra:

Ativo		
Bens do Estado ..	1.031.201.249,78	
Créditos .....	679.919.632,90	
Participações ...	4.874.722.466,59	
Diversos .....	<u>687.908.652,72</u>	7.273.752.001,99
Passivo		
Dívida Fundada Interna .....	3.100.450.197,98	
Dívida Fundada Externa .....	<u>609.005.251,24</u>	<u>3.709.455.449,22</u>
Ativo permanente líquido .....		<u>3.564.296.552,77</u>

Da conjugação das situações líquidas parciais resulta a situação líquida global, a saber:

Ativo permanente líquido .....	3.564.296.552,77
Passivo financeiro descoberto .....	<u>2.865.769.028,51</u>
Ativo real líquido .....	<u>698.527.524,26</u>

Constam, ainda, no Balanço Patrimonial as chamadas contas de compensação, que representam as garantias dadas e recebidas pelo Estado, os valores em depósito, os valores nominais emitidos e as situações não compreendidas no patrimônio real, mas que, mediata ou imediatamente, podem vir a afetá-lo. Essas contas assim se sintetizam:

Valores em poder de terceiros	266.833.688,61
Valores de terceiros .....	40.817.820,42
Valores nominais emitidos ...	740.902.473,00
Valores e obrigações diversas	<u>5.813.689.669,55</u>
	<u>6.862.243.651,58</u>

### 3.1.0 - ATIVO DO ESTADO

São analisados a seguir os elementos positivos integrantes do patrimônio do Estado, segundo os dois grandes grupos em que se classificam: ativo financeiro e a tivo permanente.

#### 3.1.1 - ATIVO FINANCEIRO

Ao final do ano de 1976, o ativo financeiro atingiu a soma de Cr\$ ..... 744.449.797,09, verificando-se, em relação ao ano anterior, o aumento de Cr\$ ..... 321.609.281,06, como se comprova:

	1975	1976	Variações
Disponível	63.781.791,88	236.643.972,71	+ 172.862.180,83
Vinculado	17.993.883,52	207.483.886,62	+ 189.490.003,10
Realizável	<u>341.064.840,63</u>	<u>300.321.937,76</u>	- 40.742.902,87
	<u>422.840.516,03</u>	<u>744.449.797,09</u>	+ 321.609.281,06

As disponibilidades assim se distribuem:

Caixa .....	3.877.909,36
Bancos .....	227.813.179,16
Exatorias .....	4.810.634,59
Coordenadorias Regionais de Arrecadação	<u>142.249,60</u>
	<u>236.643.972,71</u>

O ativo realizável encontra-se registrado nas seguintes contas:

Devedores .....	295.795.750,59
Responsáveis .....	24.631,15
Prefeituras c/Devedoras .....	1.887.375,79
Suprimentos Autorizados .....	2.474.945,75
Valores do Estado .....	<u>139.234,48</u>
	300.321.937,76
	=====

Não obstante a discriminação dos componentes de cada uma dessas contas figurar nos anexos ao Balanço Patrimonial, destacam-se, a seguir, os elementos mais expressivos englobados nas mesmas.

Na conta Devedores constam entidades e pessoas em situação de débito perante o Estado, salientando-se as seguintes: a União Federal, com Cr\$ ..... 141.281.801,52, referentes ao saldo da responsabilidade por proventos dos servidores ferroviários inativos pagos pelo Estado, de conta da União, nos anos de 1973 a 1976 e parte de 1972, uma vez que os encargos desta espécie relativos aos anos de 1959 a 1971 e parte de 1972 foram pagos pela União, sendo Cr\$ 30.000.000,00 em 31.12.75 e Cr\$. 25.000.000,00 em 20.5.76; os devedores do extinto Departamento de Imprensa Oficial do Estado, com Cr\$ 27.738.615,33; o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, com Cr\$ 26.272.481,82, correspondentes ao valor retido do produto da taxa rodoviária única a ser aplicado no Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES; e a Bannrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com Cr\$ 25.559.882,80, relativos ao Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual.

Em Responsáveis estão registrados os débitos de agentes administrativos por pagamentos indevidos, saldos não recolhidos e outras responsabilidades pecuniárias.

Sob o título Prefeituras c/Devedoras figuram as dívidas de algumas municipalidades, destacando-se a da Prefeitura Municipal de Pelotas, no valor de Cr\$ .. 1.049.170,96.

Como Suprimentos Autorizados estão contabilizadas as antecipações efetuadas a diversas entidades, com a finalidade de suprir deficiências das mesmas, den-

tre as quais sobressaem: a Companhia Materiais Pró Casa Popular, com Cr\$ 807.505,04 ; o Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, com Cr\$ 638.589,29; e a Rede Ferroviária Federal S.A., com Cr\$ 251.879,00.

Finalmente, na conta Valores do Estado , no total de Cr\$ 139.234,48, a quantia de Cr\$ 139.170,98 corresponde a moedas e metais depositados na Tesouraria-Geral do Tesouro do Estado.

### 3.1.2 - ATIVO PERMANENTE

Apresentam-se, a seguir, os elementos integrantes do ativo permanente e a comparação da posição existente no final dos dois últimos anos:

	1975	1976	Variações
Bens Móveis ....	226.899.914,13	251.096.786,83	+ 24.196.872,70
Bens Imóveis ...	665.793.117,81	771.788.364,04	+ 105.995.246,23
Bens de Natureza Industrial ....	8.316.098,91	8.316.098,91	-
Créditos .....	581.835.104,95	679.919.632,90	+ 98.084.527,95
Participações ..	3.623.456.030,00	4.874.722.466,59	+ 1.251.266.436,59
Diversos .....	<u>269.279.856,71</u>	<u>687.908.652,72</u>	<u>+ 418.628.796,01</u>
	<u>5.375.580.122,51</u>	<u>7.273.752.001,99</u>	<u>+ 1.898.171.879,48</u>

Os bens fiscais compreendidos nas contas Bens Móveis, Bens Imóveis e Bens de Natureza Industrial ainda não foram objeto de inventário completo.

Sob o título "Créditos" englobam-se as seguintes contas:

Devedores por Empréstimos .....	1.816.619,59
Dívida Ativa .....	677.816.971,11
Prefeituras c/Empréstimo Externo de 1927	236.251,86
Prefeituras c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa .....	918,57
União Federal c/Responsabilidades Diversas	<u>48.871,77</u>
	<u>679.919.632,90</u>

Dessas contas, somente a Dívida Ativa merece destaque, por sua expres-

são monetária. Estes créditos apresentaram, no período sob exame, as seguintes variações:

Saldo em 31.12.75 .....		579.731.598,68
Mais : Dívida Ativa inscrita em 1976 .....		<u>251.660.590,40</u>
		831.392.189,08
Menos		
Receita arrecadada em 1976	47.760.159,83	
Créditos cancelados por in subsistentes em 1976 ....	<u>105.815.058,14</u>	<u>153.575.217,97</u>
Saldo em 31.12.76 .....		677.816.971,11
		=====

No grupo "Participações" encontram-se as aplicações do Estado em ações de empresas, sob a seguinte classificação:

Participações em Sociedades de Economia Mista .....		4.395.255.903,59
Participações Diversas .....		<u>479.466.563,00</u>
		4.874.722.466,59
		=====

Na primeira dessas contas, reúnem-se as participações em entidades nas quais o Estado exerce o comando acionário. A outra compreende as ações de empresas de cujo capital o Estado participa como acionista minoritário.

Nos quadros seguintes são discriminadas as empresas de cujo capital o Estado participa, com a indicação do capital subscrito, integralizado e a integralizar.

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Capital integralizado	Capital a integrar (Despesa empenhada)	Participação em 31.12.76	Capital a integrar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Agúcar Gaúcho S.A. ....	7.558.670,00	750.000,00	8.308.670,00	10.700.000,00	19.008.670,00
Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - BADESUL ..	101.858.660,00	56.387.648,00	158.246.308,00	-	158.246.308,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	113.683.216,00	-	113.683.216,00	-	113.683.216,00
Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ....	9.979.200,00	-	9.979.200,00	-	9.979.200,00
Central Vitivinícola do Sul - VINO SUL S.A. ....	13.169.488,00	2.000.000,00	15.169.488,00	720.000,00	15.889.488,00
Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul - CEDIC .....	5.840.000,00	1.160.000,00	7.000.000,00	-	7.000.000,00
Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras - CEDRO .....	4.999.880,00	-	4.999.880,00	-	4.999.880,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE .....	2.814.337.633,89	37.491,20	2.814.375.125,09	384.760.200,00	3.199.135.325,09
Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA .....	111.095.000,00	-	111.095.000,00	-	111.095.000,00
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB-RS ..	4.989.700,00	10.000,00	4.999.700,00	-	4.999.700,00
Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA .....	326.000,00	-	326.000,00	-	326.000,00
Companhia Materiais Pró Casa Popular .....	133.958,00	-	133.958,00	-	133.958,00
Companhia de Processamento de Derivados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS .....	25.499.850,00	-	25.499.850,00	60,00	25.499.910,00
Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas - CORAG .....	17.702.719,00	-	17.702.719,00	-	17.702.719,00
Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos - CORLAC .....	20.320.638,00	-	20.320.638,00	-	20.320.638,00
Companhia Rio-Grandense de Mineração - CRM .....	14.988.401,00	-	14.988.401,00	-	14.988.401,00
Companhia Rio-Grandense de Nitrogênios .....	14.450.000,00	3.449.500,00	17.899.500,00	100.500,00	18.000.000,00

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Capital integralizado	Capital a integrar (Despesa empenhada)	Participação em 31.12.76	Capital a integrar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
...					
Companhia Rio-Grandense de Saneamento - CORSAN .....	411.216.870,00	10.960.830,00	422.177.700,00	-	422.177.700,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações - CRT .....	602.698.165,00	1.472.445,50	604.170.610,50	20.321.385,00	624.491.995,50
Companhia Rio-Grandense de Turismo - CR-TUR .....	12.009.940,00	-	12.009.940,00	2.990.000,00	14.999.940,00
Companhia dos Terminais Pesqueiros do Rio Grande do Sul - COTEPE .....	3.000.000,00	-	3.000.000,00	17.000.000,00	20.000.000,00
Produtos Gaúchos S.A. - PROGASA .....	9.170.000,00	-	9.170.000,00	-	9.170.000,00
	4.319.027.988,89	76.227.914,70	4.395.255.903,59	436.592.145,00	4.831.848.048,59

DEMONSTRATIVO DAS PARTICIPAÇÕES DIVERSAS DO ESTADO

ESPECIFICAÇÃO	Capital integralizado	Capital a integralizar (Despesa empenhada)	Participação em 31.12.76	Capital a integralizar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Aços Finos Piratini S.A. ....	226.261.632,00	-	226.261.632,00	-	226.261.632,00
Agrale S.A. - Tratores e Motores ...	2.968.900,00	-	2.968.900,00	-	2.968.900,00
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE .....	117.500.000,00	-	117.500.000,00	-	117.500.000,00
Banco Sul Brasileiro S.A. ....	5.875,00	-	5.875,00	-	5.875,00
Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA .....	12.240.000,00	-	12.240.000,00	-	12.240.000,00
Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL .....	12.218.590,00	-	12.218.590,00	-	12.218.590,00
Companhia Brasileira do Cobre .....	1.169.450,00	-	1.169.450,00	-	1.169.450,00
Construções Eletromecânicas S.A. ...	200.506,00	-	200.506,00	-	200.506,00
Frigorífico Anselmi S.A. - Indústria de Carnes, Derivados e Conservas ..	810.000,00	-	810.000,00	-	810.000,00
M.F.M. - Companhia Industrial de Fundição de Aço .....	1.220.598,00	-	1.220.598,00	-	1.220.598,00
Petróleo Brasileiro S.A. - PETRÓBRAS	85.247.095,00	-	85.247.095,00	-	85.247.095,00
Rio Grande - Companhia de Celulose do Sul - RIOCELL .....	5.465.704,00	-	5.465.704,00	-	5.465.704,00
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) .....	14.158.213,00	-	14.158.213,00	-	14.158.213,00
	479.466.563,00	-	479.466.563,00	-	479.466.563,00



As participações do Estado no capital das sociedades de economia mista experimentaram o aumento líquido de Cr\$ 1.091.822.742,59, que assim se discrimina:

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A.		59.387.648,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.		
Bonificação em ações .....	74.033.947,00	
Reajustamento de ações alienadas .....	<u>2.000.000,00</u>	
	76.033.947,00	
Finos		
Venda de ações .....	<u>42.000.000,00</u>	34.033.947,00
Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		8.553.600,00
Central Vitivinícola do Sul - VINOSUL S.A. ....		2.280.000,00
Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras ....		1.999.880,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica .....		798.674.825,09
Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos .....		5.200.000,00
Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados .....		9.899.500,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações .....		171.293.342,50
Produtos Gaúchos S.A. ....		<u>500.000,00</u>
		<u>1.091.822.742,59</u>

Do acréscimo verificado, Cr\$ 699.896.893,08 resultam de bonificações em ações, efetuadas pelas seguintes empresas:

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	74.033.947,00
Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	8.553.600,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica .....	494.082.884,58
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações .....	<u>123.226.461,50</u>
	699.896.893,08

Nas Participações Diversas o aumento líquido foi de Cr\$ 159.443.694,00, assim especificado:

Aços Finos Piratini S.A. ....	31.251.706,00
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul .....	100.000.000,00
Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. ....	1.949.387,00
Petróleo Brasileiro S.A. ....	22.197.398,00
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) .....	<u>4.045.203,00</u>
	<u>159.443.694,00</u>

Dos incrementos relacionados, o do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, de Cr\$ 100.000.000,00, decorre de integralização de capital em moeda corrente e os demais, de incorporação de reservas ao capital.

Na mesma conta verificou-se a mudança da denominação social Indústria de Celulose Borregaard S.A. (Noruega) para Rio Grande - Companhia de Celulose do Sul, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 1975, decorrente da aquisição do controle acionário da empresa pelo Montepio da Família Militar, em acordo celebrado em 3 de julho de 1975.

O aumento global no grupo "Participações" assim se expõe:

Saldo em 31.12.75 .....		3.623.456.030,00
Mais		
Participações em Sociedades de Economia Mista .....	1.091.822.742,59	
Participações Diversas .....	<u>159.443.694,00</u>	<u>1.251.266.436,59</u>
Saldo em 31.12.76 .....		<u>4.874.722.466,59</u>

Sob a designação "Diversos", estão grupadas as seguintes contas:

Almoxarifados .....	43.268.221,77
Fundos para Financiamento ..	434.045.970,03
Fundos Diversos .....	210.581.562,78
Valores Ativos em Liquidação	<u>12.898,14</u>
	<u>687.908.652,72</u>

Os materiais em depósito nas unidades administrativas, no valor de Cr\$. 43.268.221,77, estão representados na conta Almoxarifados e são submetidos a rigoroso controle físico. A contabilidade ocupa-se também da apuração da responsabilidade patrimonial dos agentes incumbidos de sua guarda e movimentação. Esses bens constaram em inventários analíticos, realizados em 31 de dezembro de 1976, que instruirão os processos de tomada de contas dos respectivos responsáveis.

Em Fundos para Financiamento estão compreendidos os recursos legalmente destinados a financiar determinados setores da economia rio-grandense, que, segundo os

estabelecimentos incumbidos da sua gestão, assim se especificam:

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A.		
Fundo de Garantia para a Pequena Empresa .....		2.500.000,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.		
Carteira de Crédito Agrícola .....	49.320.410,45	
Fundo de Amparo ao Esporte Gaúcho .....	2.500.000,00	
Fundo Estadual de Habitação Popular .....	1.005.000,00	
Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul .....	142.000.048,80	
Fundo de Financiamento da Indústria de Laticínios .....	<u>176.546,26</u>	195.002.005,51
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul		
Fundo de Cooperação Financeira .....	143.355.838,37	
Fundo Operação Empresa .....	<u>93.188.126,15</u>	<u>236.543.964,52</u>
		<u>434.045.970,03</u>

Em 1976, os Fundos para Financiamento apresentaram o incremento líquido de Cr\$ 247.445.495,08, como se demonstra:

Carteira de Crédito Agrícola .....		12.453.746,28
Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul ...		142.000.048,80
Fundo de Cooperação Financeira .....		55.672.000,00
Fundo Operação Empresa .....		<u>40.000.000,00</u>
		250.125.795,08
Menos		
Baixa efetuada em fundos não utilizados:		
Fundo de Financiamento da Indústria Hoteleira .....	10.000,00	
Fundo de Investimento da Pecuária .....	<u>2.670.300,00</u>	<u>2.680.300,00</u>
		<u>247.445.495,08</u>

O Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul foi constituído mediante convênio firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional da Habitação, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.447, de 30 de dezembro de 1975. Os recursos vinculados ao mesmo são destinados a atender, de forma

permanente e por meio de financiamentos, à progressiva implantação e melhoria de sistemas de água e esgotos sanitários que visem ao controle da poluição das águas, em núcleos urbanos do Estado do Rio Grande do Sul.

Na conta Fundos Diversos, situa-se a provisão destinada a assegurar a liquidez dos títulos da dívida pública estadual em operações de mercado de títulos públicos. É operada pela Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e apresenta o saldo de Cr\$ 210.581.562,78.

Conclui-se o exame do título "Diversos" com a conta Valores Ativos em Liquidação, na qual estão incluídos os remanescentes do acervo do extinto Banco Pelotense, com Cr\$ 12.898,14

### 3.2.0 - DÍVIDAS DO ESTADO

No final do ano de 1976, as dívidas do Estado apresentavam a seguinte composição:

Dívida Fundada Externa .....	609.005.251,24
Dívida Fundada Interna .....	3.100.450.197,98
Dívida Flutuante .....	<u>3.610.218.825,60</u>
	7.319.674.274,82
	=====

Diante do volume que assume o passivo do Estado, é oportuno tecer alguns comentários sobre o patrimônio das entidades públicas.

Em primeiro lugar, deve-se considerar que parcelas dos recursos públicos são aplicadas em bens de uso comum do povo, quer diretamente, quer através de entidades da Administração Indireta. Em alguns casos, os recursos que financiam esses investimentos são obtidos através de empréstimos. Os bens de uso comum do povo não são incorporados ao patrimônio administrativo do Estado, mas as dívidas contratadas para financiá-los passam a integrar o passivo, como componentes reais.

A maioria dos elementos que integram o ativo permanente é inalienável, por se constituírem em bens de uso especial ou participações acionárias em socieda-

des de economia mista, cujo controle acionário deve ser mantido pelo Estado, nos termos da legislação vigente.

Em face das razões expostas, pode-se concluir que carece de significado qualquer comparação entre o passivo e o ativo, salvo no que respeita à parcela das disponibilidades e dos créditos realizáveis. Destarte, as dívidas do Estado encontram-se contrapartida na receita dos exercícios futuros, principalmente a originária de impostos. Por esse motivo, apresenta-se a evolução da receita de impostos e da dívida pública, no último quinquênio:

Ano	Receita de impostos	Índice	Dívida pública	Índice
1972	1.900.281.028,60	100	1.177.283.386,17	100
1973	2.688.252.617,59	141	1.687.032.838,25	143
1974	3.599.617.057,71	189	2.514.727.710,28	213
1975	5.199.648.324,08	273	3.933.625.627,99	334
1976	6.886.824.833,89	362	7.319.674.274,82	621

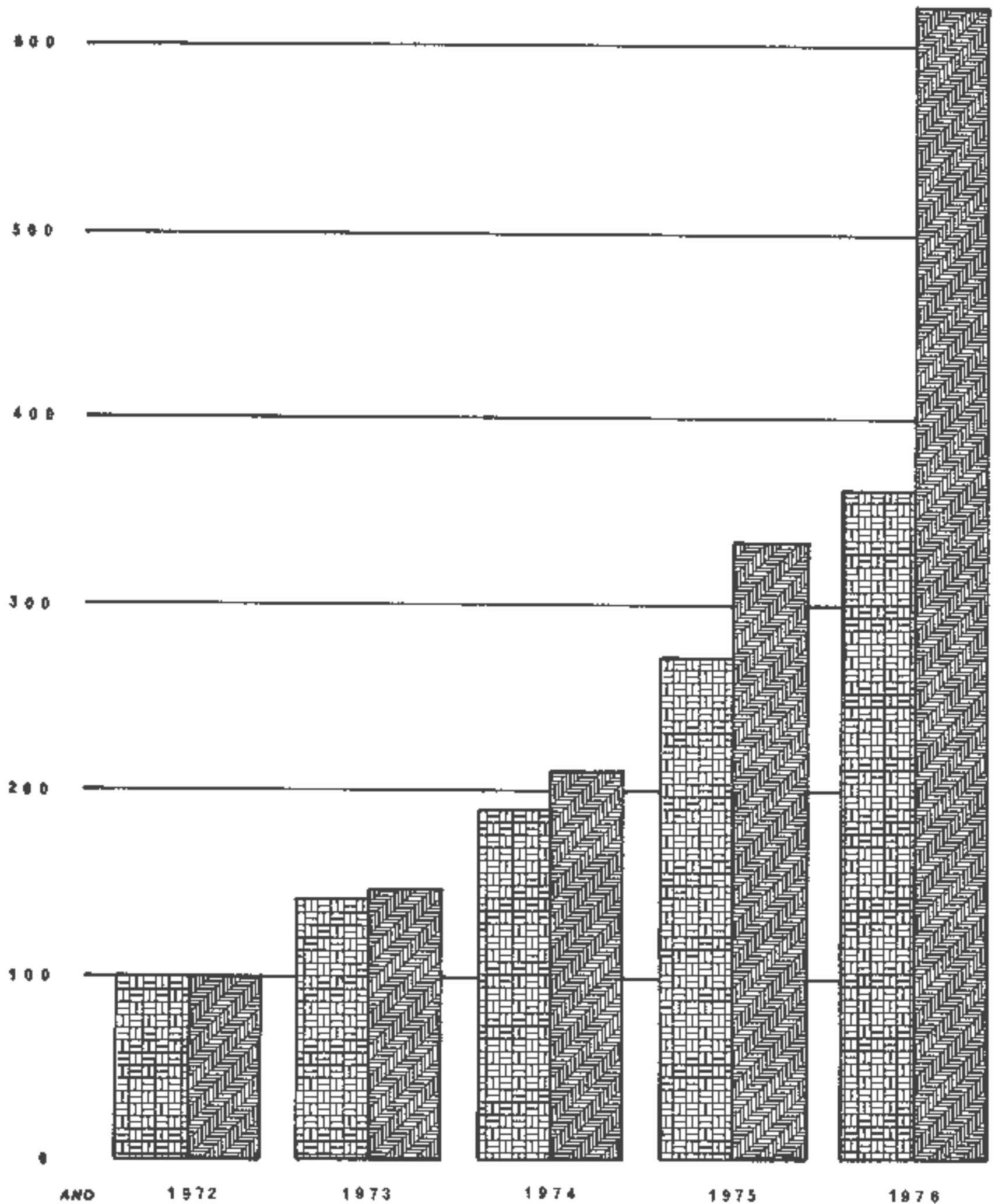
Os números relativos evidenciam que o ritmo de crescimento da dívida é maior do que o da receita de impostos. No último ano da série o montante da dívida pública superou, pela primeira vez, o da receita de impostos.

Essa mesma comparação pode ser divisada graficamente a seguir.

# ÍNDICES DA DÍVIDA PÚBLICA E DA RECEITA DE IMPOSTOS

ÍNDICE

RECEITA DE IMPOSTOS   
DÍVIDA PÚBLICA 



Com relação à dívida, assume maior importância o valor dos seus encargos anuais do que o montante global. Assim, reveste-se de grande significado a comparação entre o produto da cobrança de impostos e os gastos relacionados com a dívida, compreendendo a amortização, juros, correção monetária, comissões e outras despesas. Eis a demonstração referente aos últimos cinco anos:

Ano	Receita de impostos	Índice	Serviço da dívida pública	Índice	Percentual do serviço da dívida pública sobre a receita de impostos
1972	1.900.281.028,60	100	146.187.248,18	100	7,69%
1973	2.688.252.617,59	141	232.686.647,30	159	8,66%
1974	3.599.617.057,71	189	414.356.084,76	283	11,51%
1975	5.199.648.324,08	273	889.145.793,52	608	17,10%
1976	6.886.824.833,89	362	800.930.072,91	548	11,63%

### 3.2.1 - DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

Ao término do ano de 1976, a dívida fundada externa atingiu, em moeda nacional, o saldo de Cr\$ 609.005.251,24.

As dívidas com o exterior foram convertidas às taxas de câmbio vigentes na data do encerramento do exercício, isto é, Cr\$ 21,479 para a libra esterlina, Cr\$. 12,345 para o dólar americano e Cr\$ 5,349 para o marco alemão.

A dívida externa está constituída por empréstimos contratados, salvo o resíduo das apólices da emissão de 1911 da Prefeitura Municipal de Pelotas, por cujo serviço responde o Estado.

É a seguinte a evolução da dívida externa, no último quinquênio, em moeda estrangeira e nacional:

Ano	US\$	Índice	£	Índice	DM	Índice	Cr\$	Índice
1972	11.258.137,08	100	455.736,80	100	-	-	76.641.048,94	100
1973	11.030.568,54	98	466.217,95	102	-	-	75.631.872,13	99
1974	10.470.500,00	93	374.478,15	82	-	-	84.488.590,04	110
1975	10.000.000,00	89	288.418,33	63	240.845,78	-	97.213.295,99	127
1976	48.000.000,00	426	196.378,51	43	2.285.892,17	-	609.005.251,24	795

Esses dados demonstram acentuado crescimento da dívida, tanto em moeda estrangeira como nacional, com exceção dos empréstimos em libra esterlinas.

No ano sob exame, verificaram-se as seguintes variações na dívida externa:

Posição em 31.12.75 .....			97.213.295,99
<b>Mais</b>			
Empréstimos em apólices			
Reajustamento cambial .....		382.406,51	
Empréstimos contratados			
Produto recebido .....	441.322.220,95		
Reajustamento cambial.	<u>94.708.116,07</u>	<u>536.030.337,02</u>	536.412.743,53
<b>Menos</b>			
Empréstimos em apólices			
Amortizações .....		258.971,35	
Empréstimos contratados			
Amortizações .....		<u>24.361.816,93</u>	<u>24.620.788,28</u>
Saldo em 31.12.76 .....			609.005.251,24
			=====

Os valores iniciais e as amortizações acumuladas, por tipo de empréstimo e espécie de moeda, assim se demonstram:

Empréstimos em apólices			
Em libras	£		Cr\$
Emissão .....	600.000,00		
Amortização .....	<u>511.960,00</u>		
Saldo em circulação	88.040,00		1.891.011,16
Empréstimos contratados			
Em dólares	US\$		
Valor inicial .....	50.000.000,00		
Amortização .....	<u>2.000.000,00</u>		
Saldo devedor .....	48.000.000,00		592.560.000,00
Em libras	£		
Valor inicial .....	602.418,81		
Amortização .....	<u>494.080,30</u>		
Saldo devedor .....	108.338,51		2.327.002,86
Em marcos			
Produto recebido até			
31.12.76 .....	2.285.892,17		<u>12.227.237,22</u>
			<u>609.005.251,24</u>
			=====



No ano de 1976, registrou-se a efetivação de dois novos empréstimos, de US\$ 20.000.000,00 cada um, ambos contratados com o Banco do Brasil S.A., como líder de consórcios de Bancos.

### 3.2.2 - DÍVIDA FUNDADA INTERNA

A dívida fundada interna, no encerramento do exercício de 1976, estava assim constituída:

	Cr\$	%
Portadores de títulos .....	2.561.877.457,28	82,6
Banco do Brasil S.A. ....	103.769.086,60	3,3
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico ....	123.392.456,75	4,0
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ....	262.263.851,47	8,5
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	1.137.514,87	-
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul ..	2.208.000,00	0,1
Caixa Econômica Federal .....	42.469.567,70	1,4
União Federal .....	<u>3.332.263,31</u>	<u>0,1</u>
	<u>3.100.450.197,98</u>	<u>100,0</u>

Na dívida fundada interna, em 1976, verificaram-se acréscimos tanto nos empréstimos em títulos, como nos por contratos. Os dados alinhados a seguir evidenciam a sua evolução no último quinquênio:

Ano	Empréstimos em títulos		Empréstimos contratados		Total		Aumento em relação ao ano anterior	
	Cr\$	Índice	Cr\$	Índice	Cr\$	Índice	%	
1972	117.198.247,30	100	114.683.842,45	100	231.882.089,75	100	-	
1973	175.204.467,31	149	187.222.471,32	163	362.426.938,63	156	56,29	
1974	744.080.267,53	635	156.094.229,57	136	900.174.497,10	388	148,37	
1975	1.765.183.870,32	1.506	128.488.430,37	112	1.893.672.300,69	817	110,36	
1976	2.561.877.457,28	2.186	538.572.740,70	470	3.100.450.197,98	1.337	63,72	

Observa-se, através dos números absolutos e relativos, o violento crescimento da dívida. O aumento mais acentuado ocorreu nos empréstimos de lançamento. A

dívida representada por contratos, que vinha decrescendo, sofreu substancial elevação em 1976.

A dívida fundada interna apresentou, no ano sob exame, o aumento líquido da ordem de Cr\$ 1.206.777.897,29, determinado pelos seguintes fatos:

Aumento da Dívida

Operações de crédito realizadas

Empréstimos em títulos .....	622.842.081,62	
Empréstimos contratados .....	<u>412.493.312,57</u>	1.035.335.394,19

Reajustamento da dívida

Empréstimos em títulos .....	661.818.138,81	
Empréstimos contratados .....	<u>53.438.778,91</u>	<u>715.256.917,72</u>
		1.750.592.311,91

Menos

Redução da dívida

Resgates

Empréstimos em títulos .....	487.966.633,47	
Empréstimos contratados .....	<u>55.847.781,15</u>	<u>543.814.414,62</u>
		1.206.777.897,29

Os acréscimos verificados, no total de Cr\$ 1.750.592.311,91, assim se de-

talham:

Operações de crédito realizadas

Títulos lançados em circulação

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS - Lei nº 6.465, de 15.12.72

Dec. 24.251, de 27.11.75 - 9a. série .....	472.842.342,74
--	----------------

Dec. 24.936, de 28. 9.76 - 10a. série .....	149.999.738,88
---	----------------

Empréstimos contratados

Banco do Brasil S.A.

Empréstimo de 49,9 milhões de cruzeiros, contratado em 27.12.74 - Lei 6.284, de 25.10.71	27.732.000,50
--	---------------

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

Empréstimo de 100 milhões de cruzeiros, contratado em 22.

. 1.76 - Lei 6.917, de 21.11.75	100.000.000,00	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., como agente financeiro do Banco Nacional da Habitação		
Empréstimos contratados		
Em 2. 9.75 - Lei 6.284, de 25.10.71		
21.341 UPC .....	3.288.362,29	
44.392 UPC .....	6.465.846,76	
Em 5. 5.76 - Lei 6.284, de 25.10.71		
707.803 UPC .....	34.422.703,52	
Em 14. 6.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
3.705 UPC .....	333.249,19	
9.641 UPC .....	1.622.990,25	
10.678 UPC .....	1.797.454,93	
18.503 UPC .....	3.114.591,30	
22.481 UPC .....	3.310.683,84	
34.794 UPC .....	2.959.489,65	
Em 30. 7.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
10.746 UPC .....	627.645,92	
35.831 UPC .....	3.031.989,35	
82.998 UPC .....	6.273.271,42	
Em 30. 9.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.113 UPC .....	159.505,43	
3.347 UPC .....	520.966,04	
3.618 UPC .....	609.004,33	
10.811 UPC .....	1.657.594,81	
15.729 UPC .....	1.129.205,24	
Em 15.10.76 - Lei 7.008, de 30. 9.76		
485.123 UPC .....	52.355.732,42	
Em 10.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
15.638 UPC .....	299.824,64	
65.038 UPC .....	7.641.971,16	
Em 16.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
979.658 UPC .....	15.612.786,78	
Em 22.11.76 - Lei 6.989, de 2. 7.76		
665.360 UPC .....	112.000.048,80	
Caixa Econômica Federal		
Empréstimo de 116,6 milhões de cruzeiros, contratado em 24.2.76 - Lei 6.949, de 23.12.75 .....	<u>25.526.394,00</u>	1.035.335.394,19

Reajustamento de dívidas

Empréstimos em títulos

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - Lei 5.121, de 6.12.65 (correção monetária)

Dec. 17.806, de 16. 2.66 - 1a. série .....	269.470,50
Dec. 18.873/B, de 30.12.67 - 3a. série .....	1.476.072,00
Dec. 20.571, de 30. 9.70 - 5a. série .....	4.428.216,00

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS - Lei 6.465, de 15.12.72 (correção monetária)

Dec. 22.224, de 19.12.72 - 1a. série .....	2.094.263,13
Dec. 23.031, de 22. 3.74 - 2a. série .....	60.138.169,38
Dec. 23.248, de 13. 8.74 - 4a. série .....	47.092.500,00
Dec. 23.262, de 19. 8.74 - 5a. série .....	1.043.800,00
Dec. 23.879, de 2. 6.75 - 8a. série .....	461.052.852,30
Dec. 24.251, de 27.11.75 - 9a. série .....	84.222.795,50

Empréstimos contratados

Banco do Brasil S.A.

Empréstimo de 755 mil dólares, contratado em 22.4.69 - Lei 5.681, de 4.12.68 (correção cambial).....

2.084.601,35

Empréstimo de 4,42 milhões de dólares, contratado em 14.5.69 - Lei 5.450, de 7.3.67 (correção cambial) .....

1.165.812,23

Empréstimo de 49,9 milhões de cruzeiros, contratado em 27.12.74 - Lei 6.284, de 25.10.71 (correção monetária) ....

13.153.807,36

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

Empréstimo de 100 milhões de cruzeiros, contratado em 22.1.76 - Lei 6.917, de 21.11.75 (correção monetária) ....

29.268.287,43

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., como agente financeiro do Banco Nacional da Habita-

ção

Correção monetária dos empréstimos contratados

Em 2. 9.75 - Lei 6.284, de 25.10.71

21.341 UPC ..... 234.370,62

44.392 UPC ..... 1.006.645,01

Em 5. 5.76 - Lei 6.284, de 25.10.71

707.803 UPC ..... 1.361.425,19

Em 30. 7.76 - Lei 6.633, de 30.11.73

10.746 UPC ..... 69.815,36

35.831 UPC ..... 356.677,22

Burroughs Eletrônica Ltda.

Empréstimo de 750 mil dólares, contratado em 20.7.72 - Lei 6.395, de 7.7.72 (correção cambial) ..

165.194,44

Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul

Empréstimo de 11,62 milhões de cruzeiros, contratado em 12. 9. 72 - Lei 6.284, de 25.10.71 - (correção monetária) .....

2.289.000,00

Caixa Econômica Federal

Empréstimo de 116,6 milhões de cruzeiros, contratado em 24. 2. 76 - Lei 6.949, de 23.12.75 - (correção monetária) .....

2.243.173,70

Financiadora de Estudos e Projetos

Empréstimo de 1,56 milhões de cruzeiros, contratado em 29.10.70 - Lei 6.162, de 31.12.70 (correção monetária) .....

39.969,00

715.256.917,72

1.750.592.311,91

As reduções verificadas, no total de Cr\$ 543.814.414,62, tiveram origem

nas operações de resgate a seguir especificadas:

Resgate de títulos

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - Lei 5.121, de 6.12.65

Dec. 17.806, de 16.2.66 - 1a. série (13.819 apólices de Cr\$ ... 338,00 cada uma) .....

4.670.822,00

Empréstimo Lei 5.344/66

Dec. 18.322, de 28.12.66 (.....

7.271.000 apólices de Cr\$ 1,00 cada uma) .....	7.271.000,00
Empréstimo Lei 6.079/70 Dec. 20.720, de 27.11.70 (60.290 apólices de Cr\$ 100,00 cada uma)	6.029.000,00
Empréstimo Lei 6.452/72 Dec. 22.202, de 7.12.72 (58.550 apólices de Cr\$ 100,00 cada uma)	5.855.000,00
Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Gran- de do Sul - ORTE-RS - Lei 6.465 , de 15.12.72 Dec. 22.224, de 19.12.72 - 1a.sê- rie (1.189 obrigações de Cr\$ .. 133,34 cada uma; 123 obrigações de Cr\$ 135,90 cada uma; 142.950 obrigações de Cr\$ 138,94 cada uma; 555 obrigações de Cr\$ .... 142,24 cada uma; 62.643 obriga- ções de Cr\$ 145,83 cada uma; 317 obrigações de Cr\$ 150,17 cada uma) .....	29.298.505,74
Dec. 23.031, de 22. 3.74 - 2a.sê- rie (270.924 obrigações de Cr\$. 145,83 cada uma; 121.635 obriga- ções de Cr\$ 150,17 cada uma; .. 21.012 obrigações de Cr\$ 154,60 cada uma; 982.446 obrigações de Cr\$ 158,55 cada uma; 213.013 o- brigações de Cr\$ 162,97 cada u- ma; 122.091 obrigações de Cr\$.. 168,33 cada uma; 92.020 obriga- ções de Cr\$ 174,40 cada uma; .. 148.690 obrigações de Cr\$ 179,68 cada uma) .....	314.821.257,21
Dec. 23.262, de 19. 8.74 - 5a.sê- rie (330.000 obrigações de Cr\$. 133,34 cada uma; 50.000 obriga- ções de Cr\$ 135,90 cada uma) ..	50.797.200,00
Dec. 23.879, de 2. 6.75 - 8a.sê- rie (9.316 obrigações de Cr\$ .. 150,17 cada uma; 3.188 obriga- ções de Cr\$ 154,60 cada uma; .. 400.000 obrigações de Cr\$ 168,33 cada uma) .....	69.223.848,52
Resgate de empréstimos contratados Banco do Brasil S.A.	
Empréstimo de 2 milhões de cru- zeiros, contratado em 21.2.69 - - Lei 5.587, de 29.12.67 .....	133.333,34
Empréstimo de 755 mil dólares, con- tratado em 22.4.69 - Lei 5.681, de 4.12.68 .....	532.927,59

Empréstimo de 4,42 milhões de dólares, contratado em 14.5.69 - Lei 5.450, de 7.3.67 .....	6.342.759,89
Empréstimo de 10 milhões de cruzeiros, contratado em 31.1.73 - - Lei 6.284, de 25.10.71 .....	3.330.000,00
Empréstimo de 60 milhões de cruzeiros, contratado em 7.3.73 - - Lei 6.284, de 25.10.71 .....	15.000.000,00
Empréstimo de 60 milhões de cruzeiros, contratado em 6.11.73 - - Lei 6.284, de 25.10.71 .....	15.000.000,00
<b>Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico</b>	
Empréstimo de 100 milhões de cruzeiros, contratado em 22.1.76 - - Lei 6.917, de 21.11.75 .....	5.875.830,68
<b>Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul</b>	
Empréstimo de 675 mil cruzeiros, contratado em 19.11.73 - Lei .. 6.284, de 25.10.71 .....	130.365,24
Empréstimo de 1,2 milhões de cruzeiros, contratado em 12.2.71 - - Lei 6.284, de 25.10.71 .....	234.270,46
<b>Burroughs Eletrônica Ltda.</b>	
Empréstimo de 750 mil dólares, contratado em 20.7.72 - Lei 6.395, de 7.7.72 .....	1.734.109,16
<b>Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul</b>	
Empréstimo de 11,62 milhões de cruzeiros, contratado em 12.9. .72 - Lei 6.284, de 25.10.71 ..	5.771.000,00
<b>Caixa Econômica Federal</b>	
Empréstimo de 50 mil cruzeiros, contratado em 13.12.41 - Dec. 783, de 5.5.45 .....	3.807,49
Empréstimo de 15 milhões de cruzeiros, contratado em 11.10.74 - - Lei 6.284, de 25.10.71 .....	300.000,00
<b>Financiadora de Estudos e Projetos</b>	
Empréstimo de 1,56 milhões de cruzeiros, contratado em 29.10.70 - - Lei 6.162, de 31.12.70 .....	195.614,90
<b>União Federal</b>	
Empréstimo Interno de Conversão	

da Dívida Externa - Dólares ...	1.704,65	
Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa - Libras Esterlinas .....	57,75	
Empréstimo de 7,68 milhões de cruzeiros, contratado em 12.10.66 - Lei 5.186, de 23.12.65 .....	512.000,00	
Empréstimo de 12 milhões de cruzeiros, contratado em 12.10.66 - Lei 5.186, de 23.12.65 .....	<u>750.000,00</u>	<u>543.814.414,62</u>

### 3.2.3 - DÍVIDA FLUTUANTE

Em 31 de dezembro de 1976, a dívida administrativa do Estado atingiu o montante de Cr\$ 3.610.218.825,60, assim especificado:

Restos a Pagar .....	797.422.891,42
Serviço da Dívida a Pagar	89.926.900,19
Depósitos .....	212.399.266,93
Débitos de Tesouraria ...	1.227.985.657,80
Diversos .....	<u>1.282.484.109,26</u>
	<u>3.610.218.825,60</u>

A dívida flutuante apresenta a seguinte evolução, nos últimos cinco anos:

Ano	Dívida flutuante	Aumento percentual em relação ao ano anterior
1972	868.760.247,48	-
1973	1.248.974.027,49	43,76%
1974	1.530.064.623,14	22,50%
1975	1.942.740.031,31	26,97%
1976	3.610.218.825,60	85,83%

No último ano, o acréscimo foi de Cr\$ 1.667.478.794,29, sendo o mais elevado do período, tanto em números absolutos como relativos.

Esse aumento pode ser apreciado sob dois ângulos, a seguir descritos:

a) Formação de dívidas .....	6.215.930.927,59
Menos: Pagamento de dívidas .....	<u>4.548.452.133,30</u>
Aumento da dívida flutuante .....	<u>1.667.478.794,29</u>



b) Deficit financeiro do exercicio .	1.303.807.015,00
Mais: Aumento do ativo financeiro	<u>363.671.779,29</u>
Aumento da dívida flutuante .....	<u>1.667.478.794,29</u>

Segue-se a apreciação dos componentes da dívida flutuante.

#### RESTOS A PAGAR

As obrigações registradas nesta conta atingiram a soma de Cr\$ ..... 797.422.891,42. Desse montante, Cr\$ 200.055.505,26 correspondem a dívidas de exercícios anteriores e Cr\$ 597.367.386,16 a resíduos formados em 1976 e assim discriminados:

Contas a Pagar .....	313.774.409,47
Empenhos a Liquidar .....	240.719.037,46
Folhas a Pagar .....	42.785.483,30
Vencimentos a Pagar .....	<u>88.455,93</u>
	<u>597.367.386,16</u>

A quantia correspondente a Empenhos a Liquidar representa compromissos condicionais de pagamento, pendentes de comprovação ou ultimateção de fornecimentos e de prestação de serviços.

#### SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR

Este grupo é formado das seguintes contas:

Serviço da Dívida Interna .....	78.697.436,85
Serviço da Dívida Externa .....	<u>11.229.463,34</u>
	<u>89.926.900,19</u>

Serviço da Dívida Interna - Sob este título estão compreendidos débitos assim escriturados:

Portadores de títulos .....	31.823.390,65
Banco do Brasil S.A. ....	8.047.990,10
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico .....	52.037,92

Caixa Econômica Federal .....	23.321,00
Financiadora de Estudos e Projetos	14.208,83
União Federal .....	<u>38.736.488,35</u>
	<u>78.697.436,85</u>

As obrigações com portadores de títulos correspondem a amortizações e juros de empréstimos de lançamento, que se encontram à disposição dos respectivos titulares.

Serviço da Dívida Externa - Nesta conta encontram-se englobados os encargos referentes a amortizações, juros e outras despesas com empréstimos externos em títulos, na importância de Cr\$ 11.229.463,34. Esses encargos foram atendidos pela União Federal, tendo o Estado proposto reembolsá-la através de encontro de contas.

#### DEPÓSITOS

Os depósitos de terceiros distribuem-se nas seguintes contas:

Depósitos de Autarquias .....	18.514.709,37
Depósitos de Consignatários .....	160.853.790,81
Depósitos Públicos e Judiciais ....	4.258.048,59
Depósitos Diversos .....	22.841.086,77
Cauções .....	1.534.661,62
Retenções .....	<u>4.396.969,77</u>
	<u>212.399.266,93</u>

Os componentes deste grupo possuem a peculiaridade de estar em constante rotatividade. Sua especificação nominal consta nos anexos ao Balanço Patrimonial.

Dentre os credores mais destacados, figura o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, com Cr\$ 141.153.426,28, classificado na conta Depósitos de Consignatários.

#### DÉBITOS DE TESOURARIA

As operações de crédito realizadas para antecipar a receita apresentavam, no final do ano sob exame, os seguintes saldos:

Empréstimos por antecipação da receita, contratados .....	1.068.461.162,35
Letras do Tesouro em circulação ....	<u>159.524.495,45</u>
	<u>1.227.985.657,80</u>

Nessas obrigações, relativamente ao saldo do ano anterior, verificou-se o aumento de Cr\$ 376.353.326,00, equivalente a 44%.

#### DIVERSOS

Incluem-se aqui as contas não compreendidas nos demais grupos já apreciados, a saber:

Contribuições para Autarquias .....	175.726.392,20
Contribuições para Fundações .....	33.511.071,00
Contribuições de Previdência Social.	29.725.502,55
Credores .....	741.482.045,76
Empenhos c/Fundo de Estoque de Material .....	1.601.546,78
Empresas c/Capital a Integralizar ..	76.227.914,70
Fundos Especiais .....	143.457.867,41
Fundo para Estoque de Material .....	610.759,73
Fundo de Participação dos Municípios - Exercícios Anteriores .....	3.164.891,89
Fundo de Participação dos Municípios - Exercício de 1976 .....	67.718.440,21
Ordens de Pagamento .....	3.221.349,18
Prefeituras c/Credoras .....	9.786,85
Prefeituras c/Taxa Rodoviária Única.	<u>6.026.541,00</u>
	<u>1.282.484.109,26</u>

Esses componentes são analisados a seguir:

Contribuições para Autarquias - No encerramento do exercício, figuravam como credoras por contribuição as seguintes autarquias:

Departamento Aeroviário do Estado ..	2.840.561,00
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	92.726.299,58
Departamento Estadual de Portos, Rios	

e Canais .....	28.950.100,00
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul .....	50.934.293,55
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes .....	<u>275.138,07</u>
	<u>175.726.392,20</u>

Contribuições para Fundações - Em 31 de dezembro de 1976, esta conta apresentava os créditos das entidades a seguir relacionadas:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul .....	1.819.189,00
Fundação de Ciência e Tecnologia ....	3.400.300,00
Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos .....	1.075.600,00
Fundação de Economia e Estatística ..	150.817,00
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha .....	440.000,00
Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor .....	5.250.000,00
Fundação Gaúcha do Trabalho .....	3.931.221,00
Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore .....	74.200,00
Fundação Metropolitana de Planejamento .....	9.526.584,00
Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre .....	960.000,00
Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional .....	3.099.960,00
Fundação Sul-Rio-Grandense de Assistência .....	1.433.200,00
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul .....	<u>2.350.000,00</u>
	<u>33.511.071,00</u>

Contribuições de Previdência Social - Sob este título englobam-se os encargos do Estado como empregador, referentes à previdência social, na importância de Cr\$ 29.725.502,55.

Credores - Registram-se nesta conta as dívidas do Estado para com terceiros, em operações que não se renovam continuamente e de variadas procedências, no total de Cr\$ 741.482.045,76. Dentre os titulares desses créditos destacam-se: o Banco

do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com Cr\$ 551.908.340,83, referentes ao saldo devedor da conta disposição; a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, com Cr\$ 91.311.125,35, correspondentes a contribuição para investimentos vinculados a operações de crédito contratadas; o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, com Cr\$ 18.389.145,00, provenientes de contribuição para o Fundo de Cooperação Financeira; a Companhia Estadual de Energia Elétrica, com Cr\$ 14.503.863,95, decorrentes de créditos de diversas origens; o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, com Cr\$ .... 14.009.219,11, relativos à parcela da contribuição do Estado ao Programa Especial de Vias Expressas, a serem aplicados por aquela autarquia; a Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras, com Cr\$ 12.768.944,84, resultantes de contribuição para investimentos; o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Nacional, com Cr\$ 10.246.301,00, correspondentes a contribuição para investimentos; e a Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com Cr\$ 10.000.000,00, relacionados com o Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual.

Empenhos c/Fundo de Estoque de Material - O saldo desta conta corresponde aos empenhos não processados, imputados ao fundo rotativo de estoque de material, na importância de Cr\$ 1.601.546,78.

Empresas c/Capital a Integralizar - A quantia aqui registrada corresponde às obrigações do Estado relativas aos aumentos de capital subscritos e não integralizados nas seguintes empresas:

Açúcar Gaúcho S.A. ....	750.000,00
Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul .....	56.387.648,00
Central Vitivinícola do Sul - VINO-SUL S.A. ....	2.000.000,00
Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul .....	1.160.000,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica .....	37.491,20
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul .....	10.000,00
Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados .....	3.449.500,00

Companhia Rio-Grandense de Saneamento .....	10.960.830,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações .....	<u>1.472.445,50</u>
	<u>76.227.914,70</u>

Fundos Especiais - Classificam-se nesta conta as importâncias imputadas à despesa para a constituição de fundos e ainda não entregues ou aplicadas, distribuídas a seguir:

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul c/Fundo de Garantia para a Pequena Empresa ...	2.500.000,00
Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul .....	112.000.048,80
Fundo Estadual de Habitação Popular .....	1.005.000,00
Fundo Estadual de Saúde .....	8.692.818,61
Fundo de Investimentos Urbanos ...	3.260.000,00
Fundo Operação Empresa .....	<u>16.000.000,00</u>
	<u>143.457.867,41</u>

Fundo para Estoque de Material - O saldo deste fundo, no valor de Cr\$ . 610.759,73, corresponde à disponibilidade para aquisição de material através do Departamento Central de Administração do Material.

Fundo de Participação dos Municípios - Exercícios Anteriores - Registra o saldo de Cr\$ 3.164.891,89, referente à parcela de 20% do produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias, relativa a exercícios anteriores a 1976, devida às prefeituras municipais.

Fundo de Participação dos Municípios - Exercício de 1976 - Esta conta compreende o saldo da parcela de 20% do produto arrecadado do imposto sobre circulação de mercadorias, referente ao exercício em exame, no valor de Cr\$ 67.718.440,21. Essa quantia é devida pelo Estado aos municípios e representa pouco mais da metade da quota relativa ao mês de dezembro. Do mencionado montante, Cr\$ 19.159.308,91 achavam-

-se depositados no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. em conta específica.

Ordens de Pagamento - O saldo desta conta corresponde a folhas de pessoal processadas e em condições de pagamento através da rede bancária, de acordo com o Calendário de Pagamentos aos Servidores Estaduais, no total de Cr\$ 3.221.349,18.

Prefeituras c/Credoras - Figura o saldo devedor do Estado para com as prefeituras municipais, resultante de variadas procedências e não incluído nas contribuições específicas das demais contas, no total de Cr\$ 9.786,85.

Prefeituras c/Taxa Rodoviária Única - Representa o saldo da quota-parte de 25% sobre a taxa rodoviária única arrecadada pela União e transferida ao Estado, a ser distribuído aos municípios, no valor de Cr\$ 6.026.541,00.

#### 4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais ou Balanço Econômico espelha as alterações verificadas no patrimônio do Estado bem como o resultado patrimonial, também chamado de econômico, que assim se sintetizam:

Variações ativas .....	12.578.959.286,70
Variações passivas .....	<u>13.745.226.772,99</u>
Deficit patrimonial .....	<u>1.166.267.486,29</u>

Para melhor entendimento da origem do resultado econômico, demonstra-se sua decomposição em resultados parciais, de acordo com as duas classes de variações que o determinaram.

Assim, apura-se, inicialmente, a parcela daquele resultado derivada das variações de índole orçamentária, a saber:

**a) Positivas**

Receita orçamentária .....		9.795.021.053,67
Menos: Mutações patrimoniais da receita		
Cobrança da dívida ativa .....	47.760.159,83	
Alienação de bens móveis .....	1.431.605,00	
Alienação de bens imóveis .....	4.425.033,34	
Alienação de títulos e valores .....	42.000.000,00	
Empréstimos tomados .....	<u>1.476.657.615,14</u>	<u>1.572.274.413,31</u>
Receita efetiva .....		<u>8.222.746.640,36</u>

**b) Negativas**

Despesa orçamentária .....		11.098.828.068,67
Menos: Mutações patrimoniais da despesa		
Aquisição de bens móveis .....	20.193.484,68	
Construção ou aquisição de bens imóveis .....	99.363.374,50	
Aquisição de títulos e valores .....	562.785.910,61	
Resgate de empréstimos tomados .....	567.692.820,57	
Formação de créditos .....	<u>410.707.357,86</u>	<u>1.660.742.948,22</u>
Despesa efetiva .....		<u>9.438.085.120,45</u>

O confronto entre a receita e a despesa efetivas evidencia o primeiro re



Resultado parcial:

Receita efetiva .....	8.222.746.640,36
Despesa efetiva .....	<u>9.438.085.120,45</u>
Deficit patrimonial da gestao orçamentaria	1.215.338.480,09
	=====

O outro resultado parcial decorre das variações independentes da execução orçamentaria:

a) Positivas

No patrimônio permanente

Inscrição de dívida ativa .....	251.660.590,40
Inscrição de valores .....	732.092.259,98
Incorporação de bens .....	16.491.898,09
Cancelamento de dívidas passivas ....	742.382,33
Entradas de almoxarifados .....	<u>122.208.154,01</u>
	1.123.195.284,81
	=====

b) Negativas

No patrimônio permanente

Cancelamento de dívida ativa .....	105.815.058,14
Cancelamento de valores .....	7.611.734,00
Inscrição de dívidas passivas .....	810.347.440,30
Cancelamento de créditos .....	2.681.144,48
Saídas de almoxarifados .....	<u>105.606.415,86</u>
	1.032.061.792,78

No patrimônio financeiro

Valores do Estado .....	<u>42.062.498,23</u>
	1.074.124.291,01
	=====

Cotejando-se os componentes do resultado extra-orçamentário, obtêm-se um superavit:

Variações ativas .....	1.123.195.284,81
Variações passivas .....	<u>1.074.124.291,01</u>
Superavit patrimonial extra-orçamentário .	49.070.993,80
	=====

Da conjugação dos resultados parciais emerge o deficit global, conforme se demonstra:

Deficit patrimonial orçamentário .....	1.215.338.480,09
Superavit patrimonial extra-orçamentário	<u>49.070.993,80</u>
Deficit patrimonial do exercício de 1976	1.166.267.486,29
	=====

Como se vê, o deficit econômico global foi determinado pela execução orçamentária, uma vez que os fenômenos extra-orçamentários resultaram num superavit, ainda que reduzido.

Em consequência do resultado apurado, a situação líquida patrimonial deteriorou-se, a saber:

Ativo real líquido em 31.12.75 .....	1.864.795.010,55
Deficit patrimonial em 1976 .....	<u>1.166.267.486,29</u>
Ativo real líquido em 31.12.76 .....	698.527.524,26
	=====

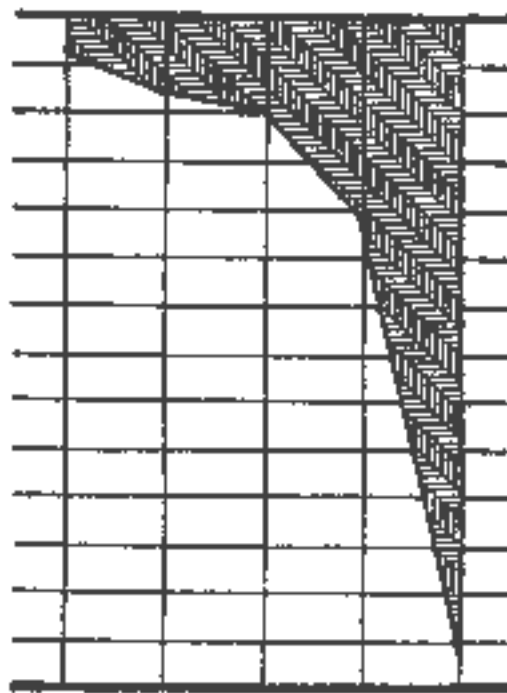
Para melhor visualização, segue a representação gráfica dos resultados financeiro e patrimonial e da situação líquida global dos últimos cinco anos.

# EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS E DA SITUAÇÃO LÍQUIDA NO QÜINQUÊNIO

MILHÕES DE CR\$

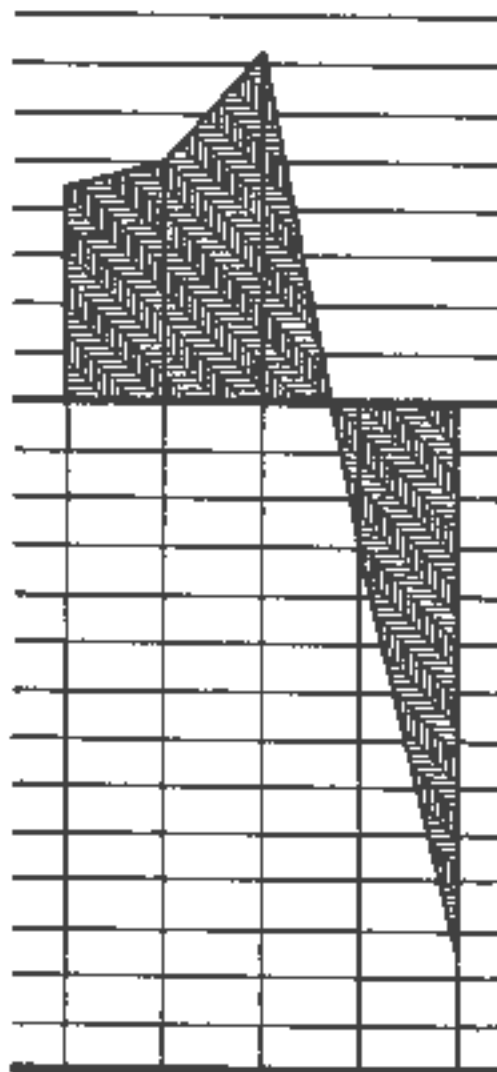
2000  
1800  
1600  
1400  
1200  
1000  
800  
600  
400  
200  
0  
200  
400  
600  
800  
1000  
1200

RESULTADO FINANCEIRO



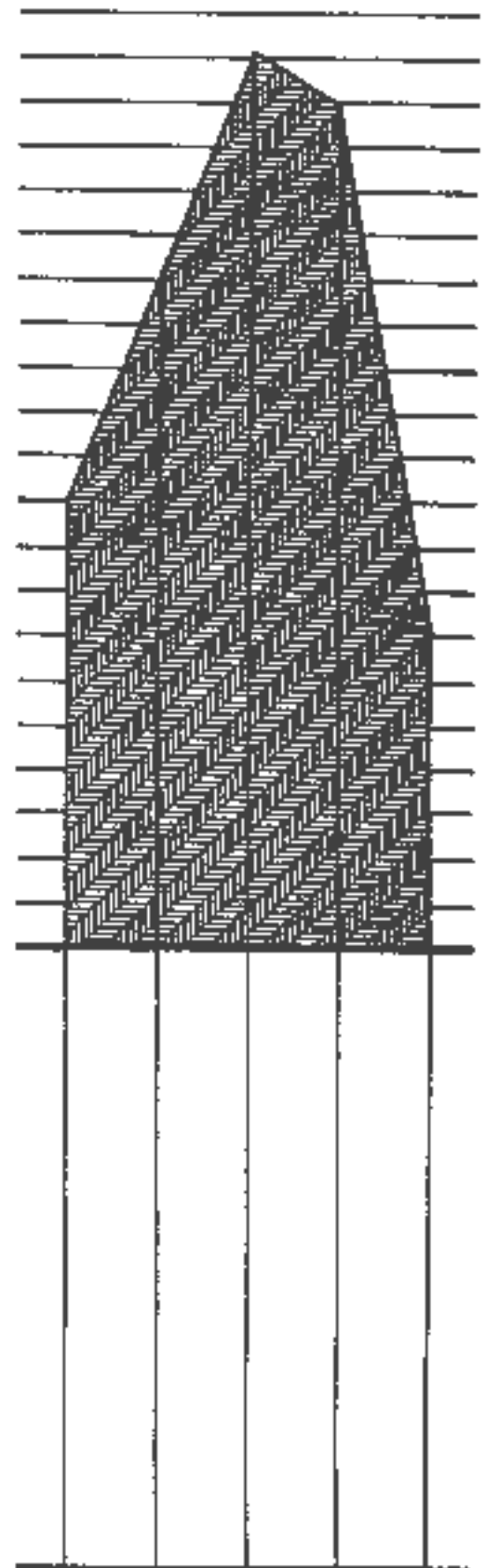
ANO 72 73 74 75 76

RESULTADO PATRIMONIAL



72 73 74 75 76

SALDO PATRIMONIAL



72 73 74 75 76

5 - APURAÇÃO DO DESCOBERTO FINANCEIRO EM 31.12.76

No final do exercício de 1976, as insuficiências financeiras acumuladas atingiram a quantia de Cr\$ 2.745.203.258,37.

Para apurá-las, confrontam-se os elementos ativos financeiros reais e potenciais com os elementos passivos da mesma espécie, segundo procedimento consagrado pelo uso.

Os elementos reais, tanto ativos como passivos, estão expostos no Balanço Patrimonial. Os componentes potenciais, todavia, são objeto de apuração, mediante a reunião de dados constantes em balanços de exercícios anteriores e na legislação que estabelece vinculações técnicas de recursos a despesas específicas.

Consideram-se como integrantes do ativo potencial as receitas arrecadadas e as operações de crédito que, embora não realizadas, serviram de cobertura para despesas efetuadas.

O passivo potencial, por sua vez, compreende as receitas vinculadas e as operações de crédito efetivas, mas não aplicadas na realização de despesas a que legalmente se destinavam.

O ativo financeiro potencial cifrou-se em Cr\$ 209.593.603,85, assim especificados:

I - Empréstimo contratado com o Banco Nacional da Habitação			
- Lei 6.949, de 23.12.75			
a) Créditos abertos			
Em 1975			
Especial (Dec.24.272, de 11.12.75)	171.508.348,20		
Em 1976			
Suplementar (Dec.24.502, de 30. 4.			
.76) .....	<u>116.635.210,00</u>		288.143.558,20
Menos			
b) Saldos de créditos extintos			
Em 1975 (Dec.24.272, de 11.12.75) .	58.413.718,67		
Em 1976 (Dec.24.502, de 30. 4.76) .	<u>81.826.491,25</u>		<u>140.240.209,92</u>
			147.903.348,28
Menos			
c) Produto recebido até 31.12.76 .....			<u>25.526.394,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....			<u>122.376.954,28</u>

<p>II - Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., em 22.11.76, para formação do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul, no limite de 665.360 UPC - Lei 6.989, de 27.7.76</p>	
<p>a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias</p>	
<p>Encargos Gerais do Estado - U.O. 2602</p>	
<p>Recursos sob a supervisão da Secretaria de Coordenação e Planejamento - Projeto 1.571 - Formação do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul, cobertos com o produto de operações de crédito vinculadas .....</p>	
	129.825.237,35
<p>Menos</p>	
<p>b) Produto recebido até 31.12.76 .....</p>	
	<u>112.000.048,80</u>
<p>Parcela a realizar vinculada .....</p>	
	<u>17.825.188,55</u>
<hr/>	
<p>III - Empréstimo contratado com o Banco Nacional da Habitação, em 15.10.76, no limite de 485.122,89 UPC - Lei 7.008, de 30.9.76</p>	
<p>a) Crédito suplementar aberto</p>	
<p>Em 1976 (Dec.24.972, de 25.10.76) . 81.660.736,07</p>	
<p>Menos</p>	
<p>b) Saldo de crédito extinto</p>	
<p>Em 1976 (Dec.24.972, de 15.10.76) . <u>24.235.003,65</u></p>	
	57.425.732,42
<p>Menos</p>	
<p>c) Produto recebido até 31.12.76 .....</p>	
	<u>52.355.732,42</u>
<p>Parcela a realizar vinculada .....</p>	
	<u>5.070.000,00</u>
<hr/>	
<p>IV - Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., para ser aplicado pela COHAB-RS, no limite de 559.895 UPC - Lei 7.030, de 10.12.76</p>	
<p>a) Despesa realizada à conta de dotação orçamentária <u>su</u>plementada pelo Dec. 25.110, de 14.12.76</p>	
<p>Secretaria do Trabalho e Ação Social</p>	
<p>U.O. 2110 - Projeto 1.242 - COHAB-RS - Contribuição para investimento .....</p>	
	94.247.125,35
<p>Menos</p>	
<p>b) Produto recebido até 31.12.76 .....</p>	
	<u>50.702.224,28</u>
<p>Parcela a realizar vinculada .....</p>	
	<u>43.544.901,07</u>
<hr/>	
<p>V - Contribuição da União Federal, relativa a recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Decreto Federal 72.062, de 6.4.73</p>	
<p>a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias</p>	

Secretaria da Indústria e Comércio		
U.O. 1601 - Projeto 1.152 - Implantação do Distrito Industrial de Rio Grande .....	35.000.000,00	
Secretaria de Coordenação e Planejamento		
U.O. 1301 - Atividade 2.735 - Formação do Fundo Urbano .....	<u>3.410.000,00</u>	
	38.410.000,00	
<b>Mais</b>		
b) Parcela a realizar, considerada como componente do ativo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1975 ...	<u>2.901.035,12</u>	41.311.035,12
<b>Menos</b>		
c) Produto recebido até 31.12.76 .....		<u>20.850.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>20.461.035,12</u>
<hr/>		
<b>VI - Auxílio da União Federal, referente ao Fundo Especial de que trata o item III do artigo 25 da Constituição Federal</b>		
a) Despesa realizada no exercício de 1976		
Secretaria de Coordenação e Planejamento		
U.O. 1301 - Atividade 2.112 - Fundação de Economia e Estatística - - Contribuição para custeio .....	230.000,00	
U.O. 1301 - Atividade 2.611 - Manutenção do Convênio de Cooperação Técnica SAREM/SCP .....	764.076,78	
U.O. 1301 - Projeto 1.574 - Implementação do Convênio de Cooperação Técnica SAREM/SCP .....	<u>45.448,05</u>	1.039.524,83
<b>Menos</b>		
b) Recursos realizados no exercício de 1976 .....	624.000,00	
c) Saldo dos recursos a utilizar, considerados como componentes do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1975 .....	<u>100.000,00</u>	<u>724.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada .....		<u>315.524,83</u>
<hr/>		

Por seu turno, o passivo financeiro potencial somou Cr\$ 89.027.833,77,com

a seguinte distribuição:

- I - Fundo de Participação dos Municípios (§ 8º do art. 23 da Constituição Federal)
  - a) Recursos utilizados

Despesa realizada à conta de dotação orçamentária  
Encargos Gerais do Estado - U.O. 2601

Diversas Transferências Correntes - Participação  
dos municípios no produto da arrecadação do im-  
posto sobre circulação de mercadorias .....

1.329.999.886,23

Mais

b) Valor da parcela a realizar vinculada, considerada co-  
mo componente do ativo potencial na Exposição sobre  
o Balanço de 1975 .....

5.479.387,95

1.335.479.274,18

Menos

c) Recursos realizados no exercício de 1976, referentes  
a

20% da receita originária do im-  
posto sobre circulação de merca-  
dorias, excluídas as somas de ..  
Cr\$ 74.660.735,72, relativa ao im-  
posto incidente sobre produtos  
sem similar no Estado, e de .....

1.295.074.794,00

20% da compensação da menor recei-  
ta do imposto sobre circulação de  
mercadorias, conforme convênios.

43.300.073,48

20% do imposto sobre circulação de  
mercadorias, arrecadado como Dí-  
vida Ativa .....

6.875.546,25

1.345.250.413,73

Saldo dos recursos a utilizar .....

9.771.139,55

II - Taxa Rodoviária Única, participação do Estado, Municí-  
pios e Programa Especial de Vias Expressas

Recursos proporcionados pela Taxa Rodoviária Única, ins-  
tituída pelo Decreto-Lei Federal 999, de 21.10.69, alte-  
rado pelo Decreto-Lei Federal 1.242, de 30.10.72

a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como com-  
ponentes do passivo potencial na Exposição sobre o Ba-  
lanço de 1975

Vinculados ao Departamento Autôno-  
mo de Estradas de Rodagem .....

3.326.250,96

Vinculados aos Municípios .....

4.827,73

Vinculados ao Programa Especial de  
Vias Expressas-PROGRES, conforme  
convênio firmado com o Departa-  
mento Nacional de Estradas de Ro-  
dagem, aprovado pelo Dec.Leg. ..  
3.064, de 29.6.73

23.089.157,28

Vinculados ao Serviço Federal de  
Processamento de Dados-SERPRO ..

6.058.008,40

32.478.244,37

b) Recursos realizados no exercício de 1976 - Lei 5.987, de 22.7.70		
Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	78.446.220,14	
Vinculados aos municípios .....	56.033.013,79	
Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas-PROGRES .....	56.148.011,51	
Vinculados ao Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO ..	<u>6.383.321,28</u>	<u>197.010.566,72</u>
Menos		229.488.811,09

c) Recursos utilizados e assim distribuídos, conforme Lei 5.987, de 22.7.70		
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	78.446.220,14	
Prefeituras Municipais .....	56.033.013,79	
Programa Especial de Vias Expressas-PROGRES .....	<u>66.973.906,08</u>	<u>201.453.140,01</u>

Saldos dos recursos a utilizar

Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	3.326.250,96	
Vinculados aos municípios .....	4.827,73	
Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas-PROGRES, conforme convênio firmado com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aprovado pelo Dec. Leg. 3.064, de 29.6.73 .....	12.263.262,71	
Vinculados ao Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO - saldo a ser imputado à despesa orçamentária .....	<u>12.441.329,68</u>	<u>28.035.671,08</u>

III - Quota-parte do imposto único sobre minerais do país

Recursos proporcionados pela quota-parte do imposto único sobre minerais do país

a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1975 .....	1.180.334,11	
b) Recursos realizados no exercício de 1976 .....	<u>14.415.477,34</u>	15.595.811,45

Menos

c) Recursos utilizados

Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias  
Secretaria de Energia, Minas e Co



municações		
U.O. 1701 - Projeto 1.180 - Pesquisas sobre substâncias minerais ...	3.421.000,00	
Encargos Gerais do Estado		
U.O. 2602 - Projeto 1.571 - Formação do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul .....	<u>12.174.811,45</u>	<u>15.595.811,45</u>
		<hr/>
IV - Empréstimo "Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP" - - Bacia Taquari-Antas - 2a. fase - Lei 6.162, de 31.12.70		
a) Produto recebido até 31.12.76 .....		<u>1.524.950,00</u>
Saldo dos recursos a utilizar .....		<u>1.524.950,00</u>
		<hr/>
V - Renda da Loteria do Estado		
Recursos realizados no exercício de 1976, vinculados ao art. 1º da Lei 6.953, de 20.12.75		
a) Produto da renda líquida da exploração dos serviços lotéricos - item I	5.902.915,84	
b) Sobretaxa de 10% incidente sobre o preço do bilhete da Loteria Estadual - item II .....	3.628.128,23	
c) Cancelamento de auxílios concedidos em 1975, conforme Dec.Leg. 3.485, de 30.6.76 .....	<u>438.290,00</u>	9.969.334,07
Menos		
d) Recursos utilizados em concessão de auxílios e assim distribuídos		
Vinculados ao art. 1º, item I, da Lei 6.953/75 - Atividade 2.048 .....	1.137.183,50	
Vinculados ao art. 1º, item II, da Lei 6.953/75 - Atividade 2.050 ....	2.874.700,00	
Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias		
Assembléia Legislativa		
U.O. 0101 - Atividade 2.011 .....	<u>438.290,00</u>	<u>4.450.173,50</u>
Saldos recursos a utilizar		
Vinculados ao art. 1º, item I, da Lei 6.953/75 .....	4.765.732,34	
Vinculados ao art. 1º, item II, da Lei 6.953/75 .....	<u>753.428,23</u>	<u>5.519.160,57</u>
		<hr/>

VI - Empréstimo contratado com o Banco Nacional da Habitação, no limite de 597.210 UPC - Lei 6.986, de 11.6.76		
a) Produto realizado até 31.12.76 .....		<u>44.176.912,57</u>
Saldo dos recursos a utilizar .....		<u>44.176.912,57</u>

O descoberto financeiro acumulado, em 31 de dezembro de 1976, equivale à diferença entre o ativo e o passivo, como se demonstra:

Ativo financeiro

I - Real

Disponível .....	236.643.972,71	
Vinculado .....	207.483.886,62	
Realizável .....	<u>300.321.937,76</u>	744.449.797,09

II - Potencial

    Empréstimos vinculados a créditos especiais abertos

Empréstimo contratado com o Banco Nacional da Habitação - Lei 6.949/75 .....	122.376.954,28	
Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei 6.989/76 .....	17.825.188,55	
Empréstimo contratado com o Banco Nacional da Habitação - Lei 7.008/76 .....	5.070.000,00	
Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei 7.030/76 .....	43.544.901,07	
Contribuição da União Federal, relativa ao Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Decreto Federal 72.062/73 .....	20.461.035,12	
Auxílio da União Federal, referente ao Fundo Especial de que trata o item III do art. 25 da Constituição Federal ...	<u>315.524,83</u>	<u>209.593.603,85</u>
		<u>954.043.400,94</u>

Passivo financeiro

I - Real

Restos a Pagar .....	797.422.891,42	
Serviço da Dívida a Pagar .....	89.926.900,19	
Depósitos .....	212.399.266,93	
Débitos de Tesouraria .....	1.227.985.657,80	
Diversos .....	<u>1.282.484.109,26</u>	3.610.218.825,60

II - Potencial

Saldo dos recursos a utilizar do Fundo de Participação dos Municípios - § 8º do art. 23 da Constituição Federal .....		9.771.139,55	
Saldos dos recursos a utilizar da Taxa Rodoviária Única, participação do Estado, Municípios e Programa Especial de Vias Expressas			
Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem .....	3.326.250,96		
Vinculados aos municípios	4.827,73		
Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES .....	12.263.262,71		
Vinculados ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, saldo a ser imputado à despesa orçamentária .....	<u>12.441.329,68</u>	28.035.671,08	
Empréstimo "Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP" - Bacia Taquari-Antas - 2ª fase - Lei 6.162/70 .....		1.524.950,00	
Renda da Loteria do Estado - Lei 6.953/75			
Vinculada ao art. 1º - I tem I .....	4.765.732,34		
Vinculada ao art. 1º - I tem II .....	<u>753.428,23</u>	5.519.160,57	
Empréstimo contratado com o Banco Nacional da Habitação Lei 6.986/76 .....		<u>44.176.912,57</u>	<u>89.027.833,77</u>
			<u>3.699.246.659,37</u>

DESCOBERTO FINANCEIRO

Resumo

Passivo financeiro .....	3.699.246.659,37
Ativo financeiro .....	<u>954.043.400,94</u>
Descoberto financeiro em 31.12.76 .....	<u>2.745.203.258,43</u>

As insuficiências financeiras, cuja determinação analítica acaba de ser feita, também podem ser apuradas, de forma sintética, através da conjugação da situação existente ao término do exercício anterior com as variações ocorridas no decurso

Na demonstração sintética, eliminam-se componentes do ativo potencial, por serem de remota realização ou por haver sido legalmente alterada sua forma de aplicação. Os saldos dos recursos a utilizar, vinculados a despesas que acabaram cobertas por recursos do Fundo Geral, foram igualmente eliminados do passivo potencial.

A mencionado apuração sintética assim se apresenta:

I - Descoberto financeiro acumulado em 31.12.75 .....		897.862.961,78
Mais		
a) Componentes constantes na Exposição sobre o Balanço de 1975 que, por serem considerados de difícil realização ou por ter sido legalmente alterada sua forma de aplicação, são excluídos do ativo potencial		
Empréstimo contratado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Lei 6.164, de 31.12.70 .....	491.384,70	
Empréstimo em apólices - Lei 6.452, de 5.12.72 .....	93.477.072,49	
Empréstimo em apólices - Lei 6.626, de 21.11.73 .....	222.789.022,39	
Empréstimo Lei 6.657, de 12.12.73 ...	3.361.000,00	
Empréstimo em apólices - Lei 6.779, de 29.12.74 .....	120.425.415,78	
Empréstimo em apólices - Lei 6.851, de 27.12.74 .....	99.600.856,81	
Renda do Departamento da Loteria do Estado .....	<u>956.193,57</u>	541.100.945,74
b) Baixa de valores do ativo financeiro .....		<u>42.062.498,23</u>
		1.481.026.405,75
Menos		
c) Componentes formados de saldos não utilizados de taxas afetadas e de operações de crédito contratadas, com destinação específica, que se eliminam do passivo potencial		
Taxa de Cooperação para a Construção de Silos e Armazéns - Lei 1.938, de 10.12.52 .....	3.923.918,96	
Empréstimo de financiamento "Burroughs Eletrônica Limitada c/Equipamento" - Lei 6.395, de 7.7.72 .....	116.078,68	
Empréstimo Caixa Econômica Federal - Lei 6.284 de 25.10.71 .....	<u>1.215.918,72</u>	5.255.916,36
Descoberto financeiro de 1975, retificado .....		1.475.770.489,39
II - Deficit da gestão dos recursos do Fundo Geral do exercício de 1976 .....		<u>1.269.432.769,04</u>
Descoberto financeiro em 31.12.76 .....		<u>2.745.203.258,43</u>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos a presente exposição, que versa sobre os principais fatos da gestão econômico-financeira e sobre os aspectos mais significativos da composição patrimonial, julgamos conveniente tecer alguns comentários sobre matéria administrativa.

No ano de 1976 foi consolidado o processamento eletrônico das contas a pagar e da execução da despesa, iniciada em 1972.

Também em 1976 foi concluído o projeto para a automação da totalidade da escrituração. O programa do novo sistema está em sua fase final, de sorte que esperamos implantá-lo em 1977.

Foram ainda iniciados os estudos para submeter a processamento eletrônico o controle dos materiais existentes em almoxarifados e dos bens móveis e imóveis que integram o patrimônio do Estado.

Assinalamos que, no último ano, foi inteiramente reformulado o Plano de Contas do Estado, que está sendo implantado.

Cumpre-nos, por fim, ressaltar aqui, prazerosamente, a capacidade técnica, o elevado espírito público e a exemplar dedicação dos servidores da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, fatores esses que constituíram a razão fundamental do alto padrão de eficiência e qualidade alcançado por este Órgão, no desempenho de suas atribuições. A essa equipe manifestamos nosso profundo reconhecimento.

A Vossa Excelência, Senhor Secretário, agradecemos as atenções e o apoio que nos foram dispensados.



Roberto Comerlato,  
Contador e Auditor-Geral do Estado.